



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**MANUEL ANTÓNIO DA SILVA**

**O pecado: realidade objetiva e subjetiva da  
fragilidade humana**

**Proposta para uma pastoral do perdão baseada na  
reconciliação e penitência**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Prof. Doutor Jerónimo dos Santos Trigo

Lisboa  
2019

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
FACULDADE DE TEOLOGIA  
MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

MANUEL ANTÓNIO DA SILVA

**O PECADO: REALIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA DA FRAGILIDADE  
HUMANA**

*Proposta para uma pastoral do perdão baseada na reconciliação e penitência*



**DEDICATÓRIA**

Ao filantropo

## **AGRADECIMENTOS**

À Arquidiocese de Malanje e às  
Paróquias de São Nicolau e do  
Sagrado Coração de Jesus  
(Basílica da Estrela) de Lisboa.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

### **Antigo Testamento**

Gn	Génesis
Is	Isaías
Ex	Êxodo
Sal	Salmo
Dt	Deuteronómio
Jr	Jeremias
Jb	Job
I Sam	Primeiro Livro de Samuel
II Sam	Segundo Livro de Samuel
Os	Oseias
Ez	Ezequiel
Lv	Levítico
Am	Amós
Prov	Provérbios

### **Novo Testamento**

Mt	Evangelho segundo São Mateus
Mc	Evangelho segundo São Marcos
Lc	Evangelho segundo São Lucas
Jo	Evangelho segundo São João
I Jo	Primeira carta de João
Ef	Efésios
Rm	Romanos
Gl	Gálatas

I Cor Primeira carta aos Coríntios

II Cor Segunda carta aos Coríntios

Heb Carta aos Hebreus.

Fil Carta aos Filipenses.

### **Documentos Magisteriais**

AL Exortação Apostólica Pós-Sinodal, *Amoris Laetitia*.

FC Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*.

GS Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.

LG Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

RP Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Reconciliatio et Paenitentia*.

SC Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*.

## RESUMO

A pastoral da penitência que reconcilia o homem consigo mesmo, com os outros e com Deus é o mote e finalidade que nos propomos atingir.

Propomos para o homem mais razões de viver confiante por ser a menina dos olhos do seu Criador. 'Deus criou o homem à Sua Imagem e semelhança' (Cf. Gn 1, 26- 27a). O ser humano é projeto divino inserido num meio social, e não uma ilha, isolada. E é, com as demais criaturas, que o homem é capaz de salvar-se ou pecar; isto é, viver ou morrer, de acordo com a sua conduta e fragilidade natural da sua condição. Basta ao homem saber viver e conviver para que o seu destino seja a sua origem, Deus.

A vida do ser humano é um dom e um processo consumado num corpo animado pelo Espírito, e complexo: conhece-se, desconhece-se e procura conhecer-se, enquanto por um lado é conhecido por outrem; este é, o homem!

O nosso objetivo é a importância do homem como o centro, fonte e ponto culminante dos valores, mesmo na sua natural limitação. O homem é a medida de todas as coisas e, por conseguinte, capaz de superar-se até atingir a Deus, na eternidade. Ninguém é vencido, se não por ele mesmo; nem o pecado, nem as potestades ou coisa alguma, seriam capazes de o derrubar! Basta o querer que é poder.

Pecar é humano, mas é desumano permanecer no pecado. Cabe ao homem reconhecer a sua fraqueza e confiá-la à Deus por intermédio do sacerdote, o único médico das doenças espirituais, para obter o perdão misericordioso de Deus e a salvação. Deus deu ao homem uma capacidade de transcender, até atingir a eternidade. O querer é a força de vontade interna catalisada pelo Espírito que torna o coração do homem contrito e o motiva ao propósito do arrependimento, do qual recebe a absolvição e o perdão dos pecados com a bênção do Sacerdote, o médico da Igreja, o ungido por de Cristo.

**Palavras-chave:** pecado, reconciliação, penitência, perdão, sacramento, pessoa, aliança, objetivo e subjetivo.

## ABSTRACT

This dissertation is the result of a consistent study of the sin: man in his fragile condition objective and subjective. Our theme and the goal we aim to achieve is the pastoral of the sacrament of penance, which reconciles man with himself, with his neighbour and with God. It is our intention to bring about in man more causes and reasons to live in the surety that man is the apple of the Creator's eye. God created man in his own image, after his own likeness (Cf. Gn 1, 26-27). Man is God's project integrated in a social background, not isolated as in an island. It suffices for man to know how to live, and how to live together, for his destiny to be his origin, God.

Man's life is a gift and a process unfolding in a body animated by the Holy Spirit, and a complex one at that. Man either knows himself or does not know himself and tries to get to know himself, and on the other hand he is known to others. So is man!

Our aim is the importance of man as the centre, source and culmination of all values, in spite of his base and natural limitations. Man is the measure of all things and, consequently, he has the ability to surpass himself till reaching God in eternity. No one can be defeated, except by oneself. Neither sin, nor the powers nor anything else can overthrow man! Man's will is enough and will is power.

To sin is human, but remaining in sin is not human. It is for man to admit his weakness and to entrust it to God through a Priest, the sole physician to heal spiritual illnesses, and thus obtain God's merciful forgiveness and salvation. God gave man the capability to transcend himself so far as to attain eternity. Man's will is an inner power catalysed by the Holy Spirit that renders man's heart contrite and drives man to repent his sins and seek absolution and the resulting forgiveness of his sins from a Priest, the Church's physician, annointed by God.

**Key Words:** sin, reconciliation, penance, pardon, sacrament, person, aliance, objective and subjective.

## INTRODUÇÃO

A temática a que nos propomos abordar sobre o pecado, é atualmente bastante invocada pelo Sumo Pontífice, o Papa Francisco. Uma das suas afirmações é sugestiva: “por causa dos condicionalismos ou dos fatores atenuantes é possível que uma pessoa, no meio de uma situação objetiva de pecado – mas subjetivamente – não seja culpável, ou não seja plenamente e possa viver na graça de Deus, possa amar e possa também crescer na vida de graça e de caridade, recebendo, para isso, a ajuda da Igreja”<sup>1</sup>.

A nossa abordagem é uma proposta entre muitas que alinham com e na Igreja, como um caminho traçado para levar o homem e a humanidade a Deus seu princípio e fim.

No nosso entender, o que é objetivo é o inerente ao pessoal, ao individual. Algo intrínseco, individual, peculiar, e, por conseguinte, pertinente. Um acto ou realidade objetiva está fundado na observação imparcial; isto é, independente das preferências individuais.

O acto ou realidade subjetiva, é tudo aquilo que parte e tem a ver com o próprio do sujeito ou a ele relativo; aquilo que pertence ao domínio de sua consciência desde o seu interior. É algo que está baseado na sua interpretação individual, ainda que não possa ser válido para todos.

Entretanto, a pessoa humana, nos seus actos, é e deve ser guiada pela consciência, liberdade, vontade e intenções. Em função da limitação das suas acções nestes ângulos traçados, qualificamos moralmente os seus actos, como sendo bons ou maus. E em relação a Deus: virtuosos ou pecaminosos.

É nesta linha de pensamento que procuramos abordar a temática em foco: '*O Pecado: realidade objetiva e subjetiva da fragilidade humana*'.

---

<sup>1</sup> FRANCISCO, *Exortação Apostólica Pós-sinodal, “Amoris Laetitia”*, 2016, nº 305. E doravante, as próximas citações da referida Exortação, serão referenciadas com a sigla *A L*.

O objeto da nossa proposta é o homem na sua condição frágil e limitada, propensão ao pecado. Uma proposta humana e humanizadora para o ser humano. Dar ao homem a devida importância porque ele o centro, fonte e ponto culminante dos valores, mesmo na sua limitação natural. O homem é a medida de todas as coisas e, por conseguinte, capaz de superar-se até atingir a Deus, na eternidade. Ninguém é vencido, se não por ele mesmo; nem o pecado, nem as potestades ou coisa alguma, seriam capazes de o derrubar! Basta o querer que é poder.

A nossa pretensão é constatar nos níveis social e religioso, a assunção atual da realidade do pecado, iluminar a consciência dos homens nas vertentes socializadoras e da ascendência da própria vida humana, porque o homem é também capaz de Deus; é o projeto de Deus para a salvação.

O estudo da temática em abordagem vem estruturado em quatro capítulos:

- 1) O pecado na sociedade atual;
- 2) Perspectiva bíblica sobre o pecado;
- 3) Perspectivas sócio - morais sobre o pecado;
- 4) Dinâmicas pastorais para o perdão.

No primeiro capítulo, “O pecado na sociedade atual”, abordaremos as dificuldades atuais na assunção do pecado. No segundo, “perspectiva bíblica sobre o pecado”, procuraremos ver, a partir da fonte, esta realidade essencialmente teológica. No terceiro, a partir das “perspectivas sócio - morais sobre o pecado”, apresentaremos um enfoque das grandes bases e cadeias de pensamentos que caracterizam o pecado, e o tornam uma realidade cada vez mais complexa, porque intrínseca ao ser humano nas suas múltiplas formas de ser e estar na sociedade. Já no quarto capítulo, “dinâmicas pastorais para o perdão”, apresentaremos um caminho base e síntese de prática pastoral para a reintegração do homem.

Depois de identificado o problema, causas, efeitos e consequências, propomos ao homem um reencontro consigo mesmo, com os outros e com Deus. Procuraremos ater-nos mais à importância religiosa e ao sentido que o pecado reveste em relação a Deus, exaltando o

engajamento da Igreja, cujo protótipo é Cristo que redimiu a humanidade de seus pecados. A Igreja é o sacramento da salvação, remédio que sara o pecado e encaminha o homem ao Pai Misericordioso de braços abertos, sempre pronta a acolher, a reunir todos os filhos como um único povo para Deus.

O homem é o único ser criado à imagem e semelhança do seu Criador, e que merece o Seu voto de amor e confiança, prémio de redenção eterna. Esse merecimento é, desde agora, o nosso foco e trabalho, porque Deus ao fazer-nos sem nós, não nos salvará sem nós, como citaremos, mais adiante, Santo Agostinho.

## **I CAPÍTULO: O PECADO NA SOCIEDADE ATUAL**

O que vimos neste capítulo introdutório abordar, é, antes de mais, a concetualização da temática em questão, o conhecimento que dela se tem, a sua valorização e assunção no contexto das sociedades atuais, sem descurarmos os elementos doutrinários tradicionais que sempre regeram a Igreja.

### **1. O que é o pecado?**

O pecado é identificado no homem mediante as suas atitudes existenciais e tão complexas como o seu mistério. O homem é uma criatura finita e ao mesmo tempo livre. É no mau uso da sua liberdade que ele peca.

O pecado é um acto humano e uma realidade transversal inerente à condição da falibilidade do homem (Cf. Is 59, 2). Pecado significa delito, culpa, rebelião, transgressão, abominação, mancha, falha ou erro, por ser acto em relação a Deus, ou seja, entendido em relação à Aliança.

“Em sentido próprio, pecado é a ação livre nascida do núcleo pessoal mais profundo, pela qual a pessoa se opõe à vontade de Deus; uma oposição à obra da criação e da Aliança de Deus com os homens; uma recusa pessoal à auto-comunicação gratuita

de Deus. O pecado contraria o sentido dinâmico da liberdade que é amor e entrega ao valor supremo, a Deus”<sup>2</sup>.

O pecado é a pretensão do homem construir a sua própria história à margem da história da salvação. No fundo do pecado está o orgulho e o desejo de se ser semelhante a Deus (Cf. Gn 3,5). O homem peca quando, em vez de se saber limitado, confia apenas no seu próprio valor e não aceita os planos de Deus. “Pecar é pretender ser como Deus; é tender construir a Torre de Babel. Por isso, o pecado concretizar-se-á de forma clara nas tentativas de totalitarismo humano”<sup>3</sup>. O homem verdadeiramente humanizado deve compreender que só pode ser Deus quando Deus se humaniza.

De acordo com Marciano Vidal, “a realidade do pecado considera-se à luz do mistério de salvação. O '*mysterium iniquitatis*' do pecado só pode ser compreendido plenamente se for considerado a partir do '*mysterium pietatis*' da graça salvadora”<sup>4</sup>.

Aterrando em nós próprios, a compreensão do pecado no cristianismo “ganha sentido a partir da consideração da história humana como história de salvação”. Marciano Vidal cita Karl Rahner ao afirmar que “culpa e pecado são, indubitavelmente, um tema central do cristianismo, pois este se entende como religião de redenção, como o acontecimento do perdão da culpa pelo próprio Deus na sua acção connosco em Jesus Cristo, na sua morte e ressurreição”<sup>5</sup>.

O pecado é uma realidade religiosa, porque em relação a Deus. “Pelo carácter salvífico que se revestem todas as religiões, ignorar o pecado seria esvaziá-las do cerne de sua mensagem. Não que o pecado seja o centro do cristianismo, ou de qualquer outra

---

<sup>2</sup> J. TRIGO, *O pecado, apontamentos escolares* 2017, pg. 1.

<sup>3</sup> JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Pós-sinodal, Reconciliatio et Paenitentia*, 1984, nº 16. Doravante, as próximas citações da referida Exortação, serão referenciadas com a sigla *R P*.

<sup>4</sup> Cf. M. VIDAL, *Dicionário de Moral*, Perpétuo Socorro, Porto, 1986, pg. 482

<sup>5</sup> *Ibidem*.

religião. Na verdade, ele não passa de uma sombra. Mas sem o ressaltado desta sombra não é possível perceber onde se coloca a luz”<sup>6</sup>.

O que caracteriza o homem é a pré-disposição e a abertura ao divino; isto é, a atitude de acolhimento de Deus. Quando o homem se fecha em si mesmo, dá azo ao pecado, que é, fundamentalmente, falta e desobediência diante de Deus. “A atitude de quem não acolhe o Reino de Deus como puro dom gratuito e deseja construir a sua vida oferecendo-se a si mesmo a salvação. Paradisiacamente quem mais pecados tem é aquele que se considera a si mesmo justo diante de Deus (Cf. Lc18, 9-14) e diante dos olhos dos homens (Cf. Mt 23, 28); quem presume não necessitar da oferta da salvação (Cf. Mc 2,17); quem pretende viver na luz, enquanto obstinado a viver nas trevas (Cf. Jo 9, 41; Cf. Jo 8,24). Também, para S. Paulo, o pecado está marcado por uma privação da glória e da santidade que brotam de Deus (Cf. Rom 3,23) e se manifestam em Jesus Cristo (Cf. Ef 1,7)”<sup>7</sup>.

O pecado é parte integrante da verdade sobre o homem enquanto se descobre como tal, e estiver em relação com Deus.

## **2. Abordagem sobre o pecado na sociedade actual**

A situação hodierna da humanidade obriga-nos a repensar e a recolocar a noção e o sentido do pecado na vida dos fiéis. Como formular a noção de pecado num mundo secularizado? Como vivenciar, na secularização, a dimensão cristã de culpabilidade ético-religiosa?

Ao considerarmos a relação entre a noção de pecado e o mundo atual, impõem-se duas ideias: por um lado, fazer uma revisão da apresentação teológica do pecado, e,

---

<sup>6</sup> A. MOSER, *O pecado: do descrédito ao aprofundamento*, Vozes, Petrópolis, 1996, pg. 17.

<sup>7</sup> J. FLECHA, *Teologia Moral Fundamental*, BAC, Madrid, 1994, pg. 322.

por outro, buscar aquelas insistências mais aptas para poder anunciar ao homem de hoje a realidade do pecado.

Marciano Vidal, fazendo valer as observações de outros autores, refere as lacunas na apresentação do pecado e diz: “O juridicismo que fez com que se visse o pecado apenas como desobediência a alguns mandamentos absolutos exteriores, o objetivismo que vê tão-somente a materialidade do acto exterior sem ter em conta a situação real do sujeito, o individualismo e o atomismo, fazem que o pecado seja raramente apresentado como desordem social e como momento numa vida concreta. E também, com frequência, na linha de uma moral de actos, o pecado aparece artificialmente separado da vida de um sujeito”<sup>8</sup>.

No contexto da secularização, Marciano Vidal segue Bernard Häring ao estudo das 'mudanças de ênfase e de perspectivas num mundo secularizado' na apresentação teológica pastoral:

- Da casuística do confessor, à moral da vida;
- Da visão estática da vida, à moral dinâmica;
- Abordagem do pecado não em chave de 'natureza', mas em chave de 'história';
- Das perspectivas clericais, para as perspectivas proféticas;
- Aceitação da influência de crise de autoridade na noção de pecado;
- Da determinação monolítica do pecado, ao pluralismo dos sistemas de valores;
- Da moral de actos, à ética de atitudes;
- Da ênfase sobre as normas proibitivas, à ênfase sobre as normas-meta;
- Do essencialismo-objetivismo, ao conhecimento histórico da pessoa;

---

<sup>8</sup> M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, Perpetuo Socorro, Madrid, 1990, sexta edición, pg. 627.

- Da avaliação individualista do pecado, à perspectiva da solidariedade histórica de salvação;
- Do conceito de pecado – sanção, à moral psicológica e pastoral;
- Abordagem do pecado dentro da perspectiva de liberdade religiosa e da liberdade de consciência;
- Da lei, ao Evangelho;
- Aceitação dos novos horizontes históricos: ateísmo e secularismo<sup>9</sup>.

Uma abordagem mais abrangente é a que incide nos conteúdos e temáticas elaboradas e comprovadas a partir das ciências humanas atualmente lecionadas nas escolas e academias para a formação e instrução do homem e da sua conduta. Entre todas, referimos: a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia.

## **2.1 Na Filosofia**

A reflexão filosófica sobre a culpabilidade é a que tenta responder às perguntas seguintes: Qual é a origem do mal moral? É possível existir uma moral sem pecado ou pecado sem moral? Faz algum sentido a vivência do pecado?

Falar de uma moral sem pecado, é falar de uma moral sem vivência de culpabilidade em relação a Deus, mas que não supõe que o não religioso não tenha consciência do mal.

Marciano Vidal afirma: “Mesmo que a pergunta filosófica sobre o mal moral tenha sido formulada muitas vezes na história do pensamento humano, nos últimos anos tem recebido um tratamento particular, com repercussões para a mesma teologia do pecado. Basta lembrar o lugar que ocupou na filosofia existencialista”<sup>10</sup>. E destacamos

---

<sup>9</sup> *Ibidem*, pg. 628.

<sup>10</sup> *Ibidem*, pg. 636.

tal como Marciano Vidal, o contributo de Paul Ricoeur, segundo o qual, a origem do mal moral, está no conceito de 'liberdade'<sup>11</sup>.

Como tal, a liberdade apoia-se no conceito de 'limitação', mas esta limitação tem de ser considerada como uma 'não adequação' do homem consigo mesmo; coincide com o conceito de 'desproporção' entre a finitude e a infinitude. Esta relação entre a finitude e a infinitude, “é a que converte a limitação humana em sinónimo de labilidade”<sup>12</sup>.

## 2.2 Na Sociologia

A abordagem sobre a vivência do pecado nas sociedades atuais, tem em conta a noção que as sociedades hodiernas têm do mesmo. O que nos ajudará para a nossa chave de leitura são as ideias de 'culpabilidade' e de 'responsabilidade', que são obrigatórias para a vida do homem e em todas as sociedades humanas.

Marciano Vidal, na elaboração do seu estudo, faz referência ao livro de Pettazzoni sobre a confissão dos pecados nos povos primitivos, na América pré-colombiana, no Japão, na China, no *Brahamanismo*, no jainismo e no Budismo, e que abriu novos horizontes, tanto na reflexão filosófica sobre a culpabilidade, como na consideração ético-religiosa. Diz: “frente a uma visão bastante fechada dentro de uma cultura, a abertura a outros horizontes traz novos ares que são sempre benéficos”<sup>13</sup>.

Ao longo do estudo e da reflexão, nota-se que o conceito primitivo do pecado não coincide completamente com o que hodiernamente temos. Certamente a teologia da culpabilidade não tem escapado da perspectiva tabuística. E disto trataremos mais adiante.

---

<sup>11</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> *Ibidem*, pg. 634.

A formulação teológica do pecado tem estado condicionada pela cultura ocidental, tanto no que se refere à sua noção (onde interveio de maneira particular o abstracionismo e o juridicismo típico do pensamento ocidental), como na hierarquização das faltas (valorizadas dentro dos parâmetros da vida ocidental)<sup>14</sup>.

Para uma abordagem mais abrangente e consensual de fácil absorção hoje, recomenda-se uma reflexão teológica mais pluralista sobre a culpabilidade humana. Diz Marciano Vidal: “é necessário que a teologia do pecado não fique circunscrita no horizonte da cultura ocidental”<sup>15</sup>.

O mesmo autor apresenta uma tentativa de abordar a noção cristã do pecado de outro ambiente cultural distinto do ocidental. Cita a IX semana de Teologia de Kinshasa, celebrada de 22 a 27 de julho de 1974, onde se estudou o tema: «Pecado, Penitência e Reconciliação». Uma comissão encarregou-se de examinar a noção e o sentido do pecado dentro da cultura africana e as conclusões foram as seguintes:

- “Apresentação de um catálogo africano de faltas e de critérios da gravidade das mesmas. Faltas mais importantes: a magia maléfica, a falta de respeito aos pais e aos anciãos, o homicídio, o adultério, o egoísmo ou a falta de solidariedade, o roubo, a mentira. Critérios de gravidade: quanto ao objeto, o atentar contra a vida ou contra o grupo social; quanto ao sujeito, segundo a importância social que tenha;
- Conceção tradicional cristã da falta e o pecado: analisam-se as diferenças e as convergências;
- Dimensões das faltas: a primeira referência da falta é a comunidade (dimensão comunitária); certa dimensão 'religiosa';

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, pg. 635.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

- Problemas concernentes à conceção africana da culpabilidade: culpabilidade e intenção; culpabilidade de um acto mau, mas não descoberto;
- Vigência dos preceitos morais cristãos dentro da cultura africana”<sup>16</sup>.

É o mesmo dizermos: “Quem vive com a consciência limpa de culpa, não tem por que sentir-se moralmente preocupado frente ao mal que nos rodeia, já que a existência deste é alheio ao próprio comportamento por completo”<sup>17</sup>.

A culpa de tantas injustiças e atrocidades que se cometem, não recai no homem bom; não há, pois, motivo para o remordimento ou a intranquilidade.

Mas, ao fixarmo-nos nestes moldes de percepção do facto do pecado, estaríamos a cair demasiadamente numa dimensão política e social da culpabilidade. “Uma abordagem como esta torna-se inaceitável numa cultura em que as dimensões políticas e sociais alcançam um relevo extraordinário. A perspectiva tem evoluído de tal maneira nestes últimos tempos, que as deficiências pessoais têm pouca ressonância e interesse, perante a magnitude que revestem os que poderíamos chamar, no momento, pecados coletivos.

As estruturas, as instituições, as ideologias, os sistemas sociais e económicos [...], verdadeiros artífices e produtores de tantas desigualdades injustas e atropelos, requerem uma mudança muito mais urgente e importante, do que a dos indivíduos concretos”<sup>18</sup>.

Desta feita, “é certo que não é suficiente conservar a tranquilidade da própria consciência. Seria um mecanismo psicológico, como muitas vezes sucede com certas

---

<sup>16</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 635 - 636.

<sup>17</sup> E. LÓPEZ AZPITARTE, *A vueltas com el pecado: responsabilidad, culpa, conversión*, PPC, Madrid, 2003, pg. 105.

<sup>18</sup> *Ibidem*, pg. 105.

patologias, para evitar o enfrentamento com outras exigências mais urgentes e que requerem um maior compromisso”<sup>19</sup>.

Tal como destacou López Azpitarte: “Desta maneira, constrói-se por dentro um falso refúgio, onde o homem bom se experimenta leviano a essa realidade, e sente o consolo de que as suas mãos acabam limpas de todo o pecado. Já o Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual, havia desmascarado com clareza esta posição. A profunda e rápida transformação da vida exige com suma urgência, que não haja nada que desproporcione frente à realidade ou, por pura inércia, se conforme com uma ética meramente individualista”<sup>20</sup>.

Uma sociedade que tem produzido tantas barbaridades e ainda gera em abundância perversão, seria eticamente condenada como injusta, e, do ponto de vista religioso, chamada pecadora? Podemos falar de um 'autêntico pecado coletivo'?

Como nos recorda o mesmo autor, “há já algum tempo em que se discutiu esse assunto. No Vaticano II quis-se evitar intencionalmente o termo, embora se tenha insistido na dimensão social de todo o pecado. Foram os bispos latino-americanos que, em Medellín e em Puebla, falaram de forma expressa e repetida do pecado social, com diversas dimensões. A causa de tanta pobreza e marginalização, não se apresenta como um produto da fatalidade, mas é consequência das estruturas económicas, sociais e políticas que originam esse estado de pobreza. Uma realidade que exige a conversão pessoal e uma mudança profunda das mesmas estruturas”<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> *Ibidem*, pg. 106.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> *Ibidem*, pg. 111.

### 2.3 Na Psicologia

Ao analisarmos a realidade do pecado na perspectiva psicológica, atemo-nos ao 'acto', como ação deliberada do homem, e, por conseguinte, à sua responsabilidade enquanto criatura de Deus. No aspecto psicológico, o pecado é um acto responsável, porque é acto livre; às vezes ocorre por relutância às advertências.

O processo completo do pecado inclui uma tentação externa ou interna e um consentimento sucedido de uma execução intencional e consciente.

O pecado é um acto imputável ao seu infrator. Há ainda os actos em que o seu sentido abstrato ou interno (como os maus pensamentos, a ociosidade, deleite e mal-intencionado, a sublimação, o gozo, os maus desejos, etc.), é difícil ser compreendido ou caracterizado.

O pecado, enquanto realidade ético-religiosa, tem uma estrutura psíquica. A culpa é um fenómeno complexo que supera qualquer outra ação humana.

“A estrutura psíquica da vivência de culpabilidade, permite ao homem uma idoneidade para avaliar a função, a coerência ou a incoerência, a normalidade e a anormalidade”<sup>22</sup>. Isto é, a subjetividade e a objetividade do seu agir, pois não podemos falar de uma moral sem pecado e sem a vivência da culpabilidade.

Pode falar-se da correlação entre a psicologia e a culpabilidade<sup>23</sup>. Visto o fenómeno da correlação em diversos ângulos, assinalamos uma visão crítica da vivência ordinária da culpabilidade a nível ético-religioso, a distinção entre a vivência normal e a vivência patológica no pecado, e destacamos os sentimentos de culpabilidade. Estes permitem conhecer os mecanismos de inculpação e de exculpação.

---

<sup>22</sup> Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 637.

<sup>23</sup> *Ibidem*.

O sentimento de culpabilidade, entendido como o sentimento da perturbação de uma ordem, unido à consciência de ser o autor da mesma perturbação, é medido pela falta cometida, mas que se orienta para uma ação posterior: a reparação.

A culpabilidade tem muitas instâncias que podem ser abordadas como etapas de culpabilidade nas diversas fases ou níveis da vida do indivíduo:

- “a nível mecânico, haverá culpabilidade quando se interrompe a repetição;
- a nível biológico, a culpabilidade aparece com características cenestésicas; isto é, dos estímulos do próprio organismo e relativo às sensações.
- a nível social, a culpabilidade é vivida como chave da vergonha ou desonra;
- a nível psicológico, é uma vivência;
- a nível moral, a culpabilidade coloca-se no tema da relação interpessoal;
- a nível metafísico, a culpabilidade refere-se à quebra da dimensão vocacional”<sup>24</sup>.

No âmbito da vivência da culpabilidade, o pecado, ao ser uma realidade humana, tem de ser vivenciada; isto é, experienciada. E perguntamo-nos: como é a vivência do pecado dentro da unidade funcional de todo o psíquico, sem nos limitarmos a descrição ao mundo concreto dos sentimentos ou factos?

Como diz Marciano Vidal, “consideramos a vivência da culpa no que tem de específico”<sup>25</sup>. É um pesadelo que angustia a consciência, uma frustração para o ser humano, quando este se sente falido e incapacitado em reparar determinada situação.

Temos de considerar que a vivência da culpa transcende para fora de si mesma, e modifica a totalidade da vida psíquica no seu todo. “A vivência da culpa faz com que o sujeito adquira uma consciência mais clara da sua responsabilidade. Mas esta tomada de consciência da sua responsabilidade, num clima de culpabilidade, cria no indivíduo uma situação de indecisão. A partir da vivência da culpa, não é estranho que surja no sujeito a

---

<sup>24</sup> Cf. *Ibidem*, pp 638 – 639.

<sup>25</sup> *Ibidem*, pg. 641.

angústia perante uma ulterior decisão. A culpa alimenta-se a si mesma, através das possibilidades da vida psíquica do sujeito. A culpa não resolvida contamina todo o ser e faz dele culpado. O sujeito culpável não apenas vive a culpa por não resolvê-la; vive única e exclusivamente para a culpa”<sup>26</sup>.

A gênese da culpa, a partir do ponto de vista psicológico, depende das diversas formas de responsabilização:

- “*Responsabilização social* (gênese social da culpa; culpabilidade social). Trata-se da responsabilidade do indivíduo, da sociedade e das estruturas sociais, que se gradua através do princípio de socialização. O sujeito aceita a realidade de si e a dos outros. O indivíduo sente-se comprometido com o grupo;
- *Responsabilidade ética* (gênese ética da culpabilidade; culpabilidade ética). O homem, quando se sente comprometido ou integrado no seio de uma estrutura humana, torna-se ele mesmo, uma instituição de liberdade com responsabilidade;
- *Responsabilidade religiosa* (gênese religiosa da culpa; culpabilidade de tipo religiosa). Supõe uma cosmovisão na qual o homem sente-se imerso, isto é, integrado, embrenhado e comprometido”<sup>27</sup>.

## **2.4 Na Antropologia**

Os estudos sobre a antropologia da culpabilidade têm influenciado bastante a revisão séria da concepção teológica sobre o pecado.

“São muitos os aspetos antropológicos que se descobrem na análise da culpabilidade humana. O pecado é uma realidade complexa, tanto do ponto de vista subjetivo (ressonância interna da culpabilidade), quanto do ponto de vista objetivo

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, pg. 641.

<sup>27</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 641-643.

(dimensão objetiva da culpabilidade). Portanto, o fenómeno da culpa é multivectorial e complexo. Por conseguinte, qualquer estimacão solipsista da realidade do pecado é, em princípio, falsa”<sup>28</sup>.

Devemos admitir e reconhecer, acima de tudo, o conceito da complexidade que ele encerra. Neste caso, propomos que se faça uma análise em diversas perspectivas antropológicas, a literatura, o cinema, a medicina e noutras manifestações do espírito humano que se ocupam da realidade do pecado<sup>29</sup>.

A perda atual do sentido da culpa no homem de hoje, torna-se numa necessidade e urgência para o cristianismo “confrontar os seus valores mais específicos com o mundo que tem sofrido uma verdadeira metamorfose social e cultural”<sup>30</sup>. A Igreja aspira por um mundo novo e por homens novos.

Diante da pergunta: o homem de hoje tem perdido o sentido do pecado? Existem sintomas que obrigam a responder afirmativamente, mas não se aconselha uma resposta simplista pela complexidade da situao e da mesma questão: “É possível que o maior pecado, no mundo de hoje, consista em que os homens começaram a perder o sentido do pecado”<sup>31</sup>.

Vários autores apresentam os seguintes pontos de vistas, que passamos a destacar: “O homem atual tem perdido o sentido do pecado ou está à beira de perdê-lo. É a ideia mais generalizada que fala mesmo de insensibilidade, da cegueira quase total frente ao pecado”<sup>32</sup>.

Há quem pense que “o sentido do pecado está debilitado, debilidade essa que se manifesta nos seguintes actos: o homem actual foge da linguagem tradicional do pecado,

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, pg. 623.

<sup>29</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 623-624.

<sup>30</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 624.

<sup>31</sup> *Ibidem*, pg. 625.

<sup>32</sup> Cf. *Ibidem*.

tem repugnância à penitência, não sabe em que consiste o pecado e não sabe determinar quais ou o que são pecados em concreto”<sup>33</sup>. É a isto que não deixamos de nos referir, também, nas nossas pregações, como já dissemos.

Há quem diga ainda que “o homem de hoje não toma a sério o pecado. Luta para se livrar dessa noção. O homem atual trivializou o conceito de pecado e busca explicá-lo a partir da psicologia, como uma deficiência mais da humanidade. Mais ainda, há quem interprete o pecado como um motivo complexo de culpabilidade, um incómodo sentimento de culpa que é necessário suprimir”<sup>34</sup>.

Surgem ainda outros que entendem que “o homem de hoje é sensível ao mal e ao pecado na sua dimensão horizontal, porém não enquanto categoria religiosa”<sup>35</sup>. Trata-se de uma redução do pecado ao âmbito do ético, sem abertura ao mundo do religioso. Este reducionismo tenta eliminar a perspectiva religiosa que aponta para a consciência da culpa e para o processo de conversão. E o pecado só é pecado, enquanto relação com Deus; e é por isso, uma perspectiva tipicamente religiosa.

Enfim, há autores que pensam que “a atitude do homem frente ao pecado, tem elementos positivos: a purificação de formas supersticiosas na visão da culpabilidade; daí que muitas vezes o que se perdeu não é o sentido do pecado, mas um determinado sentido do pecado”<sup>36</sup>.

Com Santo Tomás de Aquino, reflectindo sobre a ofensa que o pecado infere a Deus, descobrimos uma perspectiva profundamente humanista: “Deus não se sente ofendido por nós, a não ser que atuemos contra o nosso próprio bem”<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 625-626.

<sup>34</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> Cf. TOMÁS DE AQUINO, *Suma contra los gentiles*, III, 122, Citado por: E. LÓPEZ AZPITARTE, *A vueltas com el pecado*, pg. 24.

Diz López Azpitarte: “Deus não é caprichoso. Se um determinado comportamento O afecta, não é porque consigamos causar-Lhe um dano directo. [...] Deus ama e interessa-se pelos seres por Ele criados. Quando nota que uma pessoa se autodestrói e se desumaniza, é compreensível que, tal como uma mãe diante do seu filho mergulhado na droga, não fique indiferente”<sup>38</sup>.

Olhando objetiva e realmente a natureza e a limitação humana, descobrimos a fragilidade que a torna falha e falível, contrariamente à infalibilidade de Deus. O Todo Santo e Amor eterno vem em socorro do homem e oferece-lhe o Salvador, Juiz e Árbitro da humanidade inteira.

### **3. Síntese compreensiva**

O pecado é a pretensão do homem construir a sua própria história à margem da história da salvação. No fundo do pecado, está o orgulho e o desejo de se ser semelhante a Deus (Cf. Gn 3,5).

Para que o pecado seja redimível no homem e conseqüentemente na sociedade e nas instituições, advogamos a tomada de consciência da responsabilidade ética, social e religiosa do próprio homem.

A culpabilidade tem muitas instâncias e diversas fases ou níveis da vida do indivíduo; a nível social, a culpabilidade é vivida na base da vergonha ou desonra; a nível psicológico é uma vivência; a nível moral, a culpabilidade coloca-se no tema da relação interpessoal; a nível metafísico, a culpabilidade refere-se à quebra da dimensão vocacional. O fenómeno da culpa é multivectorial; é o que permite a sua análise compartimentada.

---

<sup>38</sup> E. LÓPEZ AZPITARTE, *A vueltas con el pecado: responsabilidad, culpa, conversión*, pg. 24.

O sentimento de culpa é o que leva ao arrependimento e, conseqüentemente, à tomada de decisão. O homem assume os seus erros e redefine o rumo da sua vida, através da oferta de amor de Deus outorgado à Igreja; a missão da Igreja é conduzir os homens todos para Deus.

A realidade vivencial do pecado nos últimos anos é uma clara demonstração sobre o sentido que o homem tem da culpa: a perda ou crise actual do sentido da culpa no homem actual.

## II CAPÍTULO: PERSPETIVA BÍBLICA SOBRE O PECADO

Um verdadeiro e sério assunto de Igreja, tem de ter respaldo e fundamentação bíblica, directa ou indirectamente. Nesta perspectiva, socorremo-nos da Bíblia para explicarmos o fundamento originário da temática em forja. O pecado compreende-se com base na fé dos homens em Deus de que a Sagrada Escritura é testemunha.

### 1. O pecado no Antigo Testamento

“No Antigo Testamento, a realidade do pecado é-nos apresentada em múltiplos matizes expressivos e vivenciais”<sup>39</sup>. Tal como veremos, o conceito de pecado ocupa um lugar preponderante na vida do povo de Israel. O historial do povo eleito é o relato do seu incessante cair e levantar-se, do seu afastamento de Javé e da sua reconversão para Ele. Embora a história das religiões comparadas afirme que o conceito de pecado no Antigo Testamento não tenha outro conteúdo senão o de uma falta contra os costumes do povo, encontram-se muitos textos dos quais se deduz que Israel viu no pecado, desde o início, uma violação da vontade de Deus (Cf. Gn 13, 13; 20, 6; 38, 9ss; Ex 10, 16; 32, 33-34).

“O *étos* de Israel estava profundamente orientado em sentido religioso. Quem violar os bons costumes peca contra Javé. O pecado, pois, dirige-se contra Deus ao

---

<sup>39</sup> M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 588.

ofendê-lo no seu amor, ao não viver a Aliança por ele iniciada e mantida. Daqui se segue que só Deus o pode perdoar. É ao mesmo tempo um mal, um mal para o próprio homem, pois o priva da verdadeira vida; opera no seu íntimo uma mudança profunda para o mal, a qual não pode ser reparada pelos homens, tornando-se necessária a intervenção de Deus para vivificar e criar de novo (Cf. Sal 51)”<sup>40</sup>.

Para o Antigo Testamento, o pecado provoca a ira de Deus (Cf. Dt 12,21). “Olhando para Jr 7, 18ss, constatamos que não é bem Deus o ofendido, mas o próprio homem, numa clara intenção de salvaguardar o mais possível a transcendência de Deus. É verdade que o pecado se dirige contra Deus; contudo, o homem não pode com ele atingir propriamente a Deus (Cf. Jb 35,6). O pecado é ofensa a Deus, enquanto ofende ou causa dano ao homem a quem Deus protege (Cf. II Sam 12). É, além disso, a Deus, porque quebra a Aliança, sempre considerada tão estreita e íntima como a Aliança matrimonial”<sup>41</sup>.

A reflexão judaica tardia identificará o desígnio divino com a Lei, e ligará, conseqüentemente, a realidade do pecado com a desobediência à Lei. O pecado é a negação do plano salvífico de Deus. Mas a categoria chave através da qual se entende e se vivencia o pecado no Antigo Testamento, é a Aliança.

“O pecado é rutura [infração] e negação da Aliança”<sup>42</sup>. Uma Aliança enquanto realidade religiosa e enquanto elemento constitutivo da categoria teológica. Na apresentação desta perspectiva, seguimos Marciano Vidal:

a) *Dimensão religiosa*<sup>43</sup>

O pecado entende-se como uma realidade 'em relação a Deus'. A confissão religiosa do pecado encontra na expressão 'contra vós', 'contra ti' ou 'diante de ti', a sua

---

<sup>40</sup> J. TRIGO, *O pecado, apontamentos escolares*, 2017, pg. 1.

<sup>41</sup> K. RAHNER, *a Aliança*; in *Enciclopédia Teológica 5*, Editorial Herder, Barcelona 1977, Pg. 1526.

<sup>42</sup> M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral fundamental*, pg. 588.

<sup>43</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 588-589.

forma mais exacta. O pecado é uma realidade 'contra Deus', porque é uma infração à Aliança. São muitas as passagens veterotestamentárias que falam do pecado, no sentido religioso, como ruptura com Deus. É o caso da descrição feita pelos profetas Oseias, Jeremias, Isaías e Ezequiel com base nas temáticas sobre o adultério e a infidelidade conjugal. (Cf. Os 1-3; Jr 2,2-23; 3,1-5; 3,19-25; 4,1-4; 9,1; 11,10; Ex 16,59; Is 24,5; 48,8; 54,6; 62,4-5).

Como contrapartida da ruptura da Aliança, o pecado aparece como falsa auto-afirmação do homem. Ao negar a vinculação a Deus, o pecador pretende edificar-se a si mesmo, fiando-se na sua auto-suficiência (Cf. Os 7,15; 13,6; Is 1,4; 30,9-11).

A dimensão religiosa do pecado pode levar-nos ao risco, quando insistimos nas próprias capacidades e no 'contra Deus', de nos esquecermos da dimensão horizontal, o amor de Deus pela humanidade. Não é por acaso que no Antigo Testamento a dimensão religiosa dá uma maior profundidade à vertente humana da culpabilidade. Justifica-se pelo facto de que, o “contra Deus é a melhor formulação do contra o homem”<sup>44</sup>, tal como a história bíblica demonstra exemplificadamente.

*b) Dimensão intra-histórica<sup>45</sup>*

Ao entendermos o pecado em relação à Aliança, livramo-nos da compreensão abstrata do mesmo. O pecado acontece na história humana, do mesmo modo que a história da salvação acontece nela. A reflexão veterotestamentária não provém da abstração, mas de situações concretas vividas através da fé de cada homem e mulher.

Entende-se e vive-se o pecado a partir da história humana. Por isso mesmo, a acção pecaminosa é avaliada a partir do interior da história. É uma acção intramundana; a sua influência negativa coloca-se no intra-histórico e intramundano de cada indivíduo.

---

<sup>44</sup> Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 589.

<sup>45</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 589; *Dicionário de Moral*, pg. 483.

Na hora de constatar o “contra Deus” (a dimensão religiosa do pecado), os escritos veterotestamentários encontram um lugar privilegiado na rutura com os homens; isto é, a dimensão comunitária ou infração nas sociedades humanas.

c) *Dimensão comunitária*<sup>46</sup>

Sendo a Aliança uma realidade comunitária, o pecado infringe necessariamente esta mesma dimensão da comunidade. Na verdade, é na comunidade dos crentes que se vivencia, avalia e se repara o pecado .

Diz-se mesmo que foram, sobretudo, os profetas que melhor plasmaram esta dimensão comunitária do pecado. O profeta Oseias aponta a infidelidade do povo como sendo o maior pecado por abandonar a Deus e entregar-se a outros amantes (Cf. Os 1-2). O profeta Isaías, posteriormente, vem considerar Israel uma vinha improdutiva em virtude do seu pecado (Is 5,6-7) e, na mesma senda, os profetas Jeremias e Ezequiel (Cf. Jr 2,21-23; 6,10; 9,2 etc. e Ez 4,24; 15,2-7, etc.)<sup>47</sup>.

Em toda a conceptualização teológica do pecado, haverá que ter em conta o enquadramento sobre a culpabilidade e a dimensão da *responsabilidade*<sup>48</sup>. O indivíduo, no meio em que vive, deve sentir-se inteiramente acomodado e ativo com os outros e levar uma vida normal e aceitável na comunidade social. Ressalta-se, assim, a subjetividade, a intra-mundaneidade e a comunitariedade na compreensão e vivência do pecado.

---

<sup>46</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 590; *Dicionário de Moral*, pp. 483-484.

<sup>47</sup> Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pp. 584-590; *Dicionário de Moral*, pp. 482-484.

<sup>48</sup> Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 590.

## 2. A Aliança

A compreensão e alcance da Aliança foi evoluindo ao longo dos episódios marcantes no cenário bíblico: há um pacto tácito com Adão e, posteriormente, com Noé, seguindo-se o pacto com Moisés, que, mais tarde, se desenvolve com Josué e os Reis. Finalmente, o pacto com Cristo, o perfeito e definitivo, uma Aliança de amor, fidelidade e glória.

A Aliança é a chave de interpretação da história de Israel e o futuro do povo de Deus. Em hebraico<sup>49</sup> *'berît'*, que o grego dos LXX traduz como *'diatheke'*, e que em português se refere aos 'contratos estabelecidos entre duas partes'. Aparece 285 vezes no Antigo Testamento. A Aliança de Deus não é propriamente um contrato que implica o cumprimento de mútuas obrigações: *'Synthèkè'*<sup>50</sup>, ou seja, um favor que resulta de uma escolha (cf. Dt 7,6). Está destacada na tradução dos LXX como: *'diathéké'*<sup>51</sup>, porque no direito helenístico significava «o acto pelo qual alguém dispõe dos seus bens em favor de outrem». A Aliança no mundo semita foi sempre entendida como expressão das relações do homem com Deus.

Neste caminhar, desde o Pentateuco à Igreja atual, procura-se cumprir a vontade de Deus expressa na Sua Lei. O incumprimento da Lei é o pecado e, ademais, “o pecado é a perda da salvação. No contexto da Aliança, o pecado aparece como uma desobediência, mas não se trata de uma transgressão de uma lei fria, ou de um mandato sem rosto. A desobediência que é pecado entende-se em referência ao Deus da Aliança, por isso se expressa em termos de infidelidade. Pecar é não 'escutar a voz de Deus' (Cf.

---

<sup>49</sup> J. GODINHO, *Aliança, Enciclopédia Luso brasileira de Cultura*, Vol. I, Verbo, Lisboa, 1991, pg. 1253.

<sup>50</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 1258.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

Dt 8, 20; 9, 23; 18,16; 28,15.45.62)”<sup>52</sup>. Estamos em presença de dois planos: o pessoal e o social. Deus quis associar a ordem sobrenatural à nossa história.

Primeiro, no plano pessoal, a graça deve crescer em nós a partir da semente da fé e com a compreensão da nossa liberdade, até ao dia em que o Senhor vier julgar-nos e recompensar-nos. Partindo da fé, há sempre essa perspectiva da Sua aproximação. Segundo, no plano social e universal da história, entendemos que as acções humanas desenvolvidas na intimidade das consciências, tendem a direccionar a humanidade para o encontro do Reino de Deus.

Tendo em conta que o pecado marca uma rutura com Deus, é consequentemente a perda de Deus, por parte do pecador. O pecador vive ausente de Deus, extraviado, perdido, sem rumo, alheio ao caminho da salvação. Por isso, um dos símbolos fundamentais que expressam a culpabilidade, é o do cativo. O ideal é viver perto da presença de Deus com a comunidade de salvação; isto é, o regresso à terra natal expresso com o símbolo da conversão ou do retorno a Deus. O que se realiza, plenamente, com Jesus no Novo Testamento.

### **3. A fé como força detetora de pecado para o homem bíblico**

No Antigo Testamento encontramos uma segunda linha de força na compreensão e vivência do pecado: “a capacidade que a fé tem para detetar o pecado. Em todas as religiões e em todas as ideologias este aspeto aparece como um dos mais fundamentais e decisivos. Uma fé que não é capaz de detetar o pecado, é uma fé sem compromisso e sem força, é uma fé teórica ou abstrata”<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 594.

<sup>53</sup> *Ibidem*, pg. 590.

Na verdade, quando um crente faz uso da sua fé dentro do comprometimento real consigo mesmo, sem os outros e sem Deus, é um hábil astuto, como o filho das trevas e peca. “Um dos critérios para julgar a autenticidade da fé, é a sua força crítica diante das realizações dos homens, quando contrárias ao plano salvífico de Deus. A fé que sabe detetar o pecado, prova-se por si mesma. Ao mesmo tempo encontra caminhos, a partir da simbologia e do universo de valores do seu mundo religioso, para descobrir a situação de pecado, e assim poder proclamar a estrutura destruidora do mal frente aos desígnios do plano salvífico”<sup>54</sup>.

Esta análise é uma riqueza teológica carregada de expressão de fé na oração, na pregação, na sabedoria popular, etc. O que realmente justifica o esquema base do nosso primeiro capítulo como uma forma de valorização deste pressuposto. A força detectadora da fé diante da situação de pecado podemos representá-la em duas vertentes ou níveis:

a) *Nível expressivo ou documental*<sup>55</sup>;

A história das religiões constata a exigência de uma variada gama de formas expressivas da culpabilidade. A dimensão religiosa tem criado caminhos para a vivência e confissão do pecado dentro da comunidade. Os documentos deixados pelas diversas religiões são a prova do nível expressivo da culpabilidade que coincide com a riqueza na compreensão do pecado.

A fé veterotestamentária soube criar vias seguras e muito variadas para expressar a culpabilidade, tais como:

- Códigos (rituais, jurídicos, civis, políticos, morais, etc.), nos quais o pecado aparece expresso dentro de um contexto de Aliança e através de fórmulas imperativas e proibitivas;
- Crónicas que contam histórias de pecado (ex: Saúl e David);

---

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> Cf. *Ibidem*, pp 591-592.

- Hinos, onde vibra a angústia, a confissão e a súplica em relação aos pecados cometidos;
- Oráculos, mediante os quais os profetas denunciam, previnem e amenizam situações de pecado de carácter sobretudo estrutural e coletivo;
- Provérbios ou sentenças que transformam a reflexão sapiencial nos imperativos dos códigos, o lamento dos Salmos e o rugido dos oráculos;
- Etiologias, narrações em que buscam a causa do mal moral (ex: os primeiros capítulos do Livro de Génesis).

Certamente, não vemos conservados esses níveis na teologia e na pastoral cristã, como expressões de valor quando falamos de pecado. O Antigo Testamento poderia ajudar-nos a recuperá-los.

*b) Nível de conteúdo ou de valores<sup>56</sup>;*

A fé judaica soube detetar factos e situações de pecado; isso pressupõe um esquema valorativo do bem e do mal. Tal como nos documentos das outras religiões, nos escritos veterotestamentários encontramos uma valorização fáctica do pecado.

Sem nos referirmos à reflexão sapiencial sobre o pecado original, que é sumamente pedagógica (Cf. Gn 1-11), destacamos a descoberta do pecado a partir da consciência veterotestamentária em três grupos de documentos:

- Nas proibições e imperativos formulados no contexto de Aliança, em que se expressam situações de pecado assumidas, a partir da vida real do povo nos seus diversos âmbitos de realização. A tradição sacral da Aliança passa às mãos de carismáticos e mais tarde de levitas e encontra a sua formulação em códigos.

---

<sup>56</sup> Cf. *Ibidem*, pp 593-594.

- Nas pregações dos profetas, a consciência cristã de todos os tempos, encontra uma valorização tipológica para detectar as situações de pecado de cada momento histórico.
- Nos grandes códigos do Antigo Testamento ficam enunciadas e denunciadas as situações tipológicas de pecados: Decálogo (Cf. Ex 20, 2-17); Código da Aliança (Cf. Ex 20, 22-23); Código Deuteronómico (Cf. Dt 5, 6-18); Decálogo ritual (Cf. Ex 34, 11-16); Código de santidade (Cf. Lv 17-26).

Dentro desta mesma linha, é de recordar o Salmo 15 que constitui uma Lei (*Toráh*) com 10 prescrições; os decálogos de Ezequiel, de 6 termos (Cf. Ez 33,25-26) e de 12 termos (Cf. Ez 18, 5-9); uma espécie de decálogo que os levitas recitavam (Cf. Dt 27, 15-16).

Nos oráculos dos profetas constata-se uma polarização preferencial perante determinadas situações de pecado. São três, os pecados mais frequentemente denunciados pelos profetas:

a) A incredulidade prática (Cf. Is 22, 8-11; 30, 1-5. 15-16): baseada na confiança mais do poder humano do que em Deus; a construção de planos de salvação à margem da história salvífica de Deus;

b) A contaminação do culto (Cf. Os 2, 4-7. 10-15; 4,11-14): servir-se do religioso para outros fins; instrumentalizar a fé para obter vantagens políticas;

c) A opressão ao desfavorecido: todos os profetas são incisivos e contundentes quanto a esse quesito em Israel (Cf. Amós 2, 6-8; 8, 4-7; Os 4,1-3; Is 1, 15-17. 19-20; 5,8; 10, 1-3; Jr 5, 26-29; 22, 13-18; Is 58, 3-9).

Na reflexão sapiencial também se detetam situações de pecado contra o fraco (Prov. 14, 21. 31; 17, 5.15; 19, 17; 22, 22-23; Jb 20, 4-5. 10. 18-19.23.29). Contudo, o

mais característico dos sábios é a contribuição de matriz humanista e de uma orientação pedagógica na reflexão sobre o pecado.

#### **4. A infração ou rutura da Aliança**

Na perspectiva veterotestamentária do pecado, entendido como ofensa, afastamento deliberado do homem em relação a Deus, transgressão das orientações de Deus, há a rutura como consequência. Quase todos os autores chamaram a essa atitude humana em relação a Deus: 'rutura'. Como não significa o fim definitivo da Aliança, denominamo-la também por 'infração'.

Trazemos a expressão 'infração' que equivale à violação, por não ser um rompimento total das relações Homem/Deus. 'Infração' é a falha humana que ofusca a relação com Deus infalível. O homem, com as suas vis e deliberadas ações, rebelar-se contra Deus, e vê-se sujeito a sacrifícios penitenciais, para se reconciliar com o autor da sua vida, sempre que mal proceda.

Apresentamos “o pecado como fenómeno misterioso que vem subverter as relações do homem com o mundo cósmico, com os demais homens e com Deus”<sup>57</sup>. Entendemos que 'rutura' é a consequência ou o término da relação, o acto que fecha ou termina uma relação. É “o termo mais forte para exprimir a complexa realidade do pecado, concebendo-a como uma rutura com Javé, ignorando a Aliança”<sup>58</sup>.

Olhando de modo intencional para os profetas, no que ao pecado diz respeito, verificamos “que eles não estão preocupados tanto com a origem do pecado, quanto com o próprio pecado na história, ou seja, o que se denomina de pecado actual”<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> J. FLECHA, *Teologia Moral Fundamental*, pg. 321.

<sup>58</sup> R. KOCH, *Il peccato nel vecchio Testamento, La rotura dell'Alleanza*, Paoline, Roma, 1973, pg.15.

<sup>59</sup> A. MOSER, *O pecado, do descrédito ao aprofundamento*, pg. 136.

O mesmo autor, citando Jeremias 5, 1, sustenta: “Percorrei as ruas de Jerusalém, olhai, examinai! Procurai nas praças se encontrais um homem que pratique o direito, que procure a verdade. A Aliança está na raiz da consciência de Israel como povo escolhido. Bem antes dos profetas, Israel já tem consciência de uma Aliança sempre de novo renovada”<sup>60</sup>.

Anteriormente a tônica da Aliança recaía sobre a lei. Para os profetas, esta é apenas uma componente de uma manifestação de um pacto muito mais amplo e profundo entre Deus e o seu povo.

É necessário realçar que os profetas não ignoravam a lei; pelo contrário, pressupõem-na, entendem-na à luz da Aliança. “Por isso, muito mais do que a violação de uma lei, o pecado caracteriza-se como um atentado contra o pacto de amor que Deus fez com Israel. Com raras exceções, como é o caso do profeta Ezequiel, que procede da área sacerdotal, há uma nítida passagem do plano cultural e jurídico para o plano propriamente moral. Ou seja, o pecador, ao romper este pacto, configura uma ruptura com o próprio Deus. É nisto que se configuram o drama e o mistério propriamente dito do pecado”<sup>61</sup>.

Podemos dizer, doutro modo, que o pecado como violação de um pacto de amor personalizado é o que transparece no simbolismo matrimonial, como na profecia de Oseias e na dos demais profetas (Cf. Is 60,15; 62,4; Jr 3,6; 30-31; Ez 16, 20. 23). “Oseias, casado com uma prostituta, Gomer, mas magoado com a sua infidelidade, separa-se dela. Entretanto, como ainda obcecado por ela, faz de tudo para reconquistá-la, estando mesmo disposto a perdoar a infidelidade. Sua vocação profética brota desta dupla consciência de amor e de infidelidade. E de modo magistral, vai estabelecer um termo de comparação

---

<sup>60</sup> *Ibidem*, Pp. 136-137.

<sup>61</sup> *Ibidem*, pg. 137.

entre o seu drama pessoal e o drama de seu povo: é uma 'mesma' história de amor, de paixão entranhada, de infidelidade, de perdão e de reconciliação”<sup>62</sup>.

Os profetas narram o pecado na perspectiva da desobediência do povo ao pacto da Aliança com Deus. Destacam o amor de Deus, que se comunica, chama, se doa totalmente, escolhe, faz Aliança. O ser humano limitado por natureza e livre, afasta-se, foge, desconfia, revolta-se, irrompe, e tenta rivalizar despreza Deus. Mas o homem mesmo que limitado e finito ou insatisfeito, não é sinónimo de pecado, erro ou falhas, tem e faz muitas coisas boas e positivas. Há nele mais elementos de satisfação e superação do que fragilidades.

## **5. O pecado no Novo Testamento**

A mensagem neotestamentária sobre o pecado é ainda mais rica. “O Novo Testamento, com mais rigor que o Antigo, acentua que a interioridade do homem é a sede e a fonte do pecado (Cf. Mt 5, 21-31) e, com a nova imagem do amor paternal de Deus, oferece uma compreensão mais profunda do pecado, ao considerá-lo como recusa ou até mesmo ofensa contra o amor paternal de Deus” (Cf. Lc 15, 11-32)<sup>63</sup>.

Decerto, “o elemento comum dos diversos pecados está no afastamento de Deus, na rutura de comunhão com ele e no não cumprimento da Palavra divina. Daí que S. João, em contraste com os sinópticos que falam do pecado em plural (os pecados), com uma teologia mais evoluída, empregue o singular para exprimir e pôr de relevo que o pecado é uno e consiste na radical separação e recusa de Deus, podendo-se, por isso, defini-lo como impiedade e iniquidade (Cf. I Jo 3, 4)”<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 138.

<sup>63</sup> J. TRIGO, *O pecado, apontamentos escolares*, 2017, pg. 2.

<sup>64</sup> *Ibidem*.

Assim sendo, também a realidade do pecado vai emergir sob uma nova luz. Jesus não só fala de um modo diferente da salvação e do pecado, mas também mostra um novo modo de agir, ignora os rótulos e situa-se na raiz mais profunda do humano. “Para Jesus, o pecado não consiste só em fazer, ou deixar de fazer, configura-se também sob as aparências de um não fazer nada demais. [...] Jesus situa o pecado como uma resistência: a resistência à Boa Notícia do Reino”<sup>65</sup>. Jesus é Ele mesmo que originalmente inaugura e se identifica com o advento do Reino que estabelece pelo universo inteiro.

Neste prisma, ao fazermos um enquadramento teológico, tendo Cristo no centro, não olvidaremos a expansão luminosa da sua chama nas comunidades humanas, a Igreja, no horizonte de compreensão e da vivência da culpabilidade, em virtude da construção de sociedades humanas, humanizadas onde o ser humano seja mais valorizado.

## **6. A nova e definitiva Aliança**

A realidade da fragilidade humana é tão antiga quanto atual. Remonta ao início da humanidade, na vida pessoal e social, em todos os tempos e sociedades.

Em Cristo, Nova Aliança, firmou-se para a humanidade inteira um novo rumo para os filhos de Deus. A grande novidade do evento Cristo, estrutura-se em torno do Reino que Ele anuncia e começa a implementar. A Aliança que se foi renovando de geração em geração, firmou-se e estabilizou em definitivo com Jesus Cristo, Deus feito Homem.

São Paulo destaca a superioridade da Nova Aliança, sem desprimor da relação que a une à Antiga. Reparemos como em II Cor 3,6 opõe-na à antiga lei, que é 'letra'<sup>66</sup>;

---

<sup>65</sup> A. MOSER, *O pecado, do descrédito ao aprofundamento*, pg. 145.

<sup>66</sup> Cf. Nota explicativa, *A Nova Aliança: in Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica, Franciscanos Capuchinhos, Gráfica de Coimbra 2001, pg. 2076.

isto porque indica apenas materialmente as cláusulas, sem dar a força para as cumprir. A Nova Aliança é o Espírito, porque opera diretamente sobre a alma.

São Paulo, em Gálatas 4, 24ss, vê nas duas esposas de Abraão figuras das duas Alianças: Agar dá à luz 'segundo a carne', conforme as leis da natureza, um filho escravo como ela. Sara, por sua vez, gera 'segundo o Espírito', em virtude de uma promessa divina, um filho que deve ser livre como a mãe. Por sinal, Agar é a figura dos que se fazem escravos pelo jugo das observâncias legais, enquanto a Igreja oferece aos homens a liberdade dos filhos, conquistada por Cristo e assegurada pela presença do seu Espírito (Cf. II Cor 3,17).

A Epístola aos Hebreus estabelece o paralelo entre a antiga e a nova economia de salvação: “É melhor por causa da eminente dignidade de Cristo, o Único Mediador da salvação, que firmou com o seu sangue, infinitamente mais eficaz que o das vítimas do Sinai (Cf. Heb 9,15ss) e que fala mais eloquentemente que o de Abel (Cf. Heb 12,4). E diz “a primeira Aliança foi terrestre, ao passo que a segunda é a Celeste” (Cf. Heb 12,25).

A primeira Aliança tinha um sacerdócio mortal, um tabernáculo terrestre (Cf. Heb 9,1) feito por mãos humanas (Cf. Heb 9,11.24), enquanto a segunda tem um sacerdote eterno, que entrou uma vez por todas no santuário do Céu onde está diante de Deus (Cf. Heb 9,15), depois de nos assegurar o perdão dos pecados e abrir-nos o acesso ao Pai (Cf. Heb 10,1ss). A Nova Aliança atinge uma abrangência escatológica e definitiva<sup>67</sup>.

Em ambos os casos, de qualquer modo, é irrefutável que a Aliança nasce da bondade de Deus, e Deus é fiel a ela. A Aliança tanto na tradição javista como na tradição eloísta, representa o centro vital da história de Israel e de todas as suas instituições socio-religiosas.

---

<sup>67</sup> Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 600.

Na senda da vida que os homens vão trilhando entre as alegrias e tristezas que a própria carruagem e andanças da vida proporcionam, os altos e baixos, os vai e os vem, as quedas e os tropeços que fazem o homem ser aquele que cai, mas não permanece caído, levanta-se e continua a caminhar mesmo a cambalejar, Deus enviou o seu próprio Filho para de uma vez por todas ser Ele a falar por Ele (Deus), como o Mediador e Redentor de toda a humanidade.

## **7. O pecado nos Evangelhos Sinópticos**

Os Evangelhos Sinópticos destacam as palavras de Jesus valorizando a pessoa humana como sendo o primado que supera a lei (Cf. Lc 10,29-37); a união entre o amor a Deus e o amor ao próximo (Cf. Mc 12,28-34; Mt 22,39-40; Lc 10,25-28); a identificação de Jesus com os pobres (Cf. Mt 25,31-46). Os Evangelhos apelam para as consequências funestas do pecado, e propõem o reino da luz que ilumina as trevas do pecado (Cf. Mt 6,24), o caminho que conduz à luz (Cf. Mt 10,37-39), as opções radicais em parábolas (Cf. Mt 13,44-50). Com regras: a comunidade constrói-se na aceitação mútua; na caridade recíproca; na tolerância de si e dos outros e no reconhecimento das próprias limitações (Cf. Mt 18: correção/perdão).

Numa visão global, podemos assinalar como principais ensinamentos, nos Evangelhos Sinópticos, as seguintes ideias<sup>68</sup>:

- O pecado está no coração do homem;
- O pecado mede-se, na sua profundidade, pela radicalidade da pessoa;
- O pecado mede-se, no seu conteúdo, pela ofensa ao homem;
- O pecado vive-se, exprime-se e recupera-se na comunidade;

---

<sup>68</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 596.

- O pecado concretiza-se numa série de atitudes não-evangélicas.

Entre muitos outros aspetos no conjunto sinóptico, destacamos: A vaidade e a vacuidade (Cf. Mc 12,38-39; Lc 11,37-38; Mt 23,5-6); a mentira e a hipocrisia (Cf. Lc 12,1; Mt 23, 3.25.29); o orgulho (Cf. Lc 16,15; 18,9-14; 20,46; Mt 23, 6-7); a exploração dos outros (Cf. Mc 12,40; Lc 20,47). É do interior do homem que saem os pensamentos bons e maus.

São Mateus apresenta-nos uma visão eminentemente eclesial sobre o pecado. O autor sagrado, mesmo tendo diante de si o posicionamento de Cristo sobre o pecado, apresenta também os pecados concretos que encontra na Igreja nascente. Dá ênfase à negação de Cristo ao pecado, à falta de fé dos cristãos, à falta de comprometimento, o apego às riquezas, à desconfiança e ao medo diante das situações difíceis<sup>69</sup>.

Para São Mateus, a interioridade é a sede da vida moral (Cf. Mt 5,8.28; 6,22ss; 23,28-29; 12,33-37). Também a conversão verdadeira do homem pode nascer da mudança interior. O autor interpela exigindo ao verdadeiro discípulo de Cristo, uma tomada de posição para de seguida caminhar com e como o Mestre.

O Evangelho segundo São Marcos é bastante semelhante, no que ao pecado se refere. Indica desde o seu início o objetivo, apresentando a Boa-Nova de Jesus Cristo, Filho de Deus (Cf. Mc 1,1). O segundo capítulo já apresenta Jesus Cristo perdoando os pecados. Nota-se claramente que os confrontos entre Jesus e os fariseus são frequentes e acesos. Para São Marcos, a força do pecado historicizado situa-se como ponto de partida, ao passo que em Mateus e Lucas, ocorre mais explicitamente num segundo momento (Cf. Mc 2,23-27; 3,1-6; 7,8-13; Mt 12,1-8.9-14;15,1-9; Lc 6,1-5.611)<sup>70</sup>.

Lucas é o Evangelho que, neste quesito, ressalta mais a misericórdia de Deus para com os pecadores: destaca de modo ímpar, a salvação, muito insiste na Boa-Nova

---

<sup>69</sup> Cf. A. MOSER, *O pecado, do descrédito ao aprofundamento*, pg. 146.

<sup>70</sup> Cf. *Ibidem*.

para os pecadores, no plural, isto é, todos aqueles que são excluídos pelos doutores da lei. No Evangelho segundo São Lucas, os pecadores são os cobradores de impostos, os publicanos, os ladrões. Destaca os desprezados e considerados desprezíveis em ambientes de religiosidade puritana ou rigorista, mas que Jesus os constitui em Boa-Nova<sup>71</sup>. O evangelista chama sobretudo à atenção para o risco do apego às riquezas (Cf. Lc 16,14).

## 8. O pecado na teologia paulina

Os escritos paulinos têm peculiaridades nas características que apresentam, e exigem uma leitura própria. São Paulo interpreta Jesus num horizonte, ao mesmo tempo maior e mais específico. O mal físico e moral é atribuído a *Satanás*; isto é, evidencia-se associado a um poder *satânico* que cega e escraviza a pessoa. O pecado é uma potência, uma força ativa no homem (Cf. Rm 7,11; I Tes 3,5; Rm 5,12; I Cor 5,5; 7,5; II Cor 2,11; 12,7).

O pecado como situação é personificado como uma realidade com abrangência extensiva ao homem todo e a todos os homens. Todos são pecadores (Cf. Rom 3,9); tal facto é constatado por São Paulo (Cf. Gl 3,22), todos os homens, inclusive os judeus, encontram-se em pecado, ou melhor, 'sob o domínio do pecado'. Em Rm 5,12-8,10, o termo é empregue mais de 40 vezes. Em I Cor 15,56; II Cor 5,21; Gal 3,22, o pecado personificado tem um significado teológico muito rico, que se pode desdobrar nas seguintes afirmações: como um poder que entrou no mundo através da transgressão e como castigo consequência da desobediência.

O pecado é um poder que entrou no mundo com a transgressão. A partir de Adão e Eva, e que passou para todos os homens (Cf. Rm 8,19-22). Todas as desordens que

---

<sup>71</sup> *Ibidem*.

culminam com o culto aos ídolos, actos atribuídos aos demónios. (Cf. I Cor 10,20-21); eles são os reis e os deuses deste mundo (Cf. II Cor 4,4); A sua derrota será na parusia (Cf. I Cor 15,25)<sup>72</sup>.

Como consequência, o homem vive possuído pelo poder do pecado (Cf. Rm 7,7-24) e sente-se aflito, como quem está abandonado. A luta que se estabelece no seu coração entre o bem e o mal terminará com o triunfo do bem sobre o mal. Paulo é audaz e sabe, por isso proclama que o homem foi libertado da tirania do pecado (Cf. Rom 7,25). A ação de Cristo estende-se aos poderes do mal para os destruir e submeter (Cf. Gl 1,4; II Cor 4,4). Se o pecado é um poder imanente no homem que o separa de Deus e o conduz à perdição (Cf. Rom 5,21; 6,21-23; 7,24), a mediação de Cristo liberta-o dessa tirania, mediante o acto supremo de obediência e de amor (Cf. Fil 2,8; Gal 2,20; Rom 5,7-8; 8,8,35; Ef 5,2.25)<sup>73</sup>.

Paulo divide a vida dos crentes num 'antes' e num 'agora': No 'antes', a condição era carnal, era a carne que induzia ao pecado, sob o domínio da lei. Daí os tons sombrios da descrição paulina sobre a vida dos crentes antes da conversão. O cristão vive num 'entretanto' em que o pecado ainda é possível. Põe os cristãos de sobreaviso contra as influências do mal (Cf. I Cor 7,5; 10,20-21; II Cor 2,11; 6,14; 7,1; Rom 16,20)<sup>74</sup>. Todo o pecado procede do coração do homem.

## 9. O pecado na teologia joanina

São João, ao contrário dos Evangelhos Sinópticos que se referem do pecado no plural, fala do pecado no singular, *hamartia*; isto é, trata-o de modo muito mais evoluído,

---

<sup>72</sup> Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 597.

<sup>73</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 598

<sup>74</sup> Cf. *Ibidem*.

como uno e uma recusa do homem a Deus. Como tal, define-o como impiedade e iniquidade (Cf. I Jo 3,4). Para São João, o pecado é a ostentação do poder maligno e, por conseguinte, o pecador é o dominador por excelência deste mundo, (Cf. Jo 3,19-21; 8,44; 16,11).

São João sublinha a força poderosa do pecado (diabólica) e exalta o poder de Cristo. É Ele que 'tira o pecado do mundo' (Cf. Jo 1,29), e comunica ao homem o Espírito Santo que o protege para continuar a lutar contra o pecado e não tornar a pecar.

Ao falar mais do pecado, e não dos pecados<sup>75</sup>, deixa claro que quem comete pecado assemelha-se ao demónio (Cf. I Jo 3,8). O pecador é um 'escravo' (Cf. Jo 8,34), porque participa das obras do seu 'pai', o diabo: o homicídio e a mentira (Cf. Jo 8,44). O poder satânico do pecado explica-se pela oposição que o pecador faz a Cristo. Aqui o pecado por excelência é a falta de fé em Jesus (Cf. Jo 8,21.24; 16,8); conseqüentemente, a incredulidade é a fonte de outros pecados: do desejo de matar Cristo (Cf. Jo 8,37), do ódio que lhe têm (Cf. Jo 15,24-25) e que conduz ao 'maior pecado' (Jo 19,11)<sup>76</sup>.

O pecador não só recusa a luz (Cf. Jo 3,19), como também a 'odeia' (Cf. Jo 3,20). O pecador vive orgulhoso numa auto-suficiência espiritual (Cf. Jo 5,44; 8,33-34) e rejeita a vontade divina. E mais, Jesus Cristo que faz a vontade do Pai, o único homem que não cometeu pecado algum, o detestou (Cf. Jo 7,18; 8,46)<sup>77</sup>.

O pecado, além de ser um poder satânico, que se opõe a Cristo, tem carga escatológica. 'O pecado é a anomia' (Cf. I Jo 3,4)<sup>78</sup>; isto é, subjuga o homem e fá-lo deambular desordenadamente. O pecado não é só um acto referencial, mas também uma acção que revela a iniquidade que domina o coração do homem e deixa-o como um sem lei e desorientado.

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, pg. 599.

<sup>76</sup> *Ibidem*, pg. 600.

<sup>77</sup> *Ibidem*.

<sup>78</sup> *Ibidem*.

Ao definirmos todo o pecado como iniquidade, queremos demonstrar o alcance escatológico do pecado de incredulidade, como poder satânico e toda a sua trágica profundidade, tal como o demonstrou São João.

É deste ponto de vista escatológico (teológico e religioso) do pecado que reside a dificuldade em compreender a existência do pecado num cristão. Porque, embora se saiba que todo homem é pecador, o crente (cristão) também o é, na vida concreta (Cf. I Jo 1,8.10)<sup>79</sup>. O cristão deve confessar o seu total desacordo com o pecado, e a estar endividado ou manchado na relação com o seu Deus de amor e amigo. “Se quiser ser coerente com o seu estatuto de ‘nascido de Deus’ (Cf. I Jo 3,9) e de ‘ungido’ (Cf. I Jo 2,27), não deve permanecer tranquilo em pecado (Cf. Jo 3,5-6)”<sup>80</sup>.

São João expõe a realidade trágica do pecado com radical antinomia e alerta os cristãos a não caírem nele, sob pena de perderem a própria vida. Exprime tal facto nos binómios vida - morte (Cf. Jo 5,24; I Jo 3,14; luz - trevas Cf. Jo 1,5; 3,19; 8,17; 11,10; 12,36; I Jo 1,5; 2,9 e verdade - mentira Cf. Jo 8,44-46; I Jo 1,6-8; 2,21-27)<sup>81</sup>. O homem quer atingir o Céu orgulhosa e forçosamente, sem contar com a ajuda de Deus, mas não poderá alcançá-lo. Tal como abordaremos no capítulo a seguir, em relação as tipologias de pecado.

## **10. Síntese compreensiva**

No intuito de colocarmos sobre as bases teológicas e os fundamentos de que a complexa realidade nos impõe, encontramos nas Sagradas Escrituras as orientações que nos levam a uma compreensão profundamente cristã e humana sobre o pecado. O pecado

---

<sup>79</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> Cf. *Ibidem*.

é oposição à vontade de Deus. O desígnio salvífico da humanidade realiza-se no cumprimento da Aliança.

O *Catecismo da Igreja Católica*, citando o bispo de Hipona, diz: “Deus que te fez sem ti não te salvará sem ti”<sup>82</sup>. O homem é responsável e sujeito dos seus próprios actos. É-lhe sugerido a aderir ao bem e a abandonar o mal; isto é, a colaborar pelo seu próprio destino.

A realidade do pecado é em relação a Deus e vivenciada pelo homem fiel a Deus. O homem descobre-o por intermédio da fé, na medida em que busca constantemente fazer a vontade de Deus.

Somente quando a vida é vivida com a autenticidade necessária nas relações inter-humanas e com Deus, é que o homem é capaz de se despir do orgulho e da vergonha, e assumir a culpabilidade. Deus Pai é a misericórdia que acolhe o filho pródigo.

---

<sup>82</sup> Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, n.º 1847.

### **III CAPÍTULO: PERSPETIVAS SÓCIO - MORAIS SOBRE O PECADO**

Desde o segundo capítulo ao presente, consideramos localizado o cerne da realidade-base, o pecado, e, por conseguinte, estamos no coração da nossa abordagem. Agora queremos traçar um caminho específico e atualizado, no espaço e no tempo, como comunidade de homens sensibilizados para a vida em Deus, a partir do seguimento de Cristo, num mundo cheio de outros seguimentos e opções de vida. Situamos o nosso foco na maneira e nos modos de ensinar e educar da Igreja hoje, na formulação e na classificação do pecado.

#### **1. Os desafios da realidade do pecado na Igreja**

Tudo o que corrompe a civilização humana, desonra a dignidade da pessoa e extravia-a para onde ela não gostaria de chegar. O homem é um sujeito ativo, e tanto capaz de fazer o bem (actos bons e positivos), como também capaz de errar ou estragar por actos desastrosos, sarcásticos, lesivos, ofensivos e horrendos ou desconfortantes. Por qualquer acto, ele é sempre responsabilizado. Por isso, homem deve ser educado a viver convivendo; isto é, a saber ser e conviver.

Para uma abordagem plausível e possível, atemo-nos aos sistemas da pastoral tradicional da Igreja: a catequese, a pregação e a teologia, onde se transmite a mensagem de Deus.

### **1.1 Na Catequese**

Afirma o Papa João Paulo II na *Exortação Apostólica Reconciliatio et Paenitentia*: “Igreja tem a missão de atuar com o instrumento do diálogo; isto é, a pastoral da penitência e da reconciliação dirige-se aos membros do grupo da Igreja, primeiro que tudo, por uma adequada catequese sobre as duas realidades distintas e complementares às quais os Padres sinodais deram particular importância e que puseram em realce em algumas das propostas conclusivas: precisamente a penitência e a reconciliação. A catequese é o primeiro meio a utilizar. [...] Na vida eclesial, a catequese é assim o primeiro meio a ser utilizado pelos Pastores, para o ensino doutrinário, das orações e dos valores humanos sociais”<sup>83</sup>.

Sobre o pecado, o *Catecismo da Igreja Católica* ensina: o que ele significa (nº 1849-1851), suas raízes (nº 1853) e consequências no homem (nº 1855-1864), modos de evitar o pecado (nº 1848), a proliferação do pecado (nº 1865-1869), as penas do pecado ou responsabilidade (nº 1857-1864), distinção dos pecados, as interpretações do pecado, a diversidade dos pecados (nº 1852), os modos de obter o perdão remédio para a salvação da alma (nº 1846-1848).

Só é possível entendermos o pecado no homem a partir do Evangelho e da Misericórdia do Pai. Todo outro e qualquer entendimento, além deste, e que agrave a condição humana de viver, é a radicalidade ou a recusa de viver no caminho de Jesus Cristo.

---

<sup>83</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *R P.*, nº 26.

A relevância da catequese é referida por João Paulo II quando diz: “dos Pastores da Igreja espera-se, pois, antes de mais, a catequese sobre a reconciliação. Esta não pode deixar de fundamentar-se no ensino bíblico, em especial no Novo Testamento, sobre a necessidade de reconstituir a aliança com Deus em Cristo Redentor e Reconciliador à luz desta nova comunhão e desta nova amizade e no seu prolongamento, sobre a necessidade de reconciliar-se com o irmão, mesmo à custa de ter de interromper a oferta do sacrifício”<sup>84</sup>.

Na mesma Exortação, o Sumo Pontífice continua dizendo: “dos Pastores da Igreja espera-se, ainda, uma catequese sobre a penitência. Também aqui a riqueza da mensagem bíblica deve ser a fonte. Esta mensagem acentua na penitência, primeiro que tudo, o seu valor de conversão, termo com o qual se procura traduzir a palavra do texto grego 'metanoia', que literalmente significa uma reviravolta do espírito para o fazer voltar-se para Deus”<sup>85</sup>.

A atitude aqui referenciada, é a que vigora no episódio do filho pródigo, o qual, 'cai em si' e resolve regressar à casa paterna. No entanto, “não pode haver reconciliação sem estas atitudes primordiais de conversão. A catequese deve explicá-las com conceitos e expressões adaptados às várias idades e às diferentes condições culturais, morais e sociais”<sup>86</sup>.

Assim sendo, desejamos que a linguagem e o método para os manuais atuais de catequese sejam atualizados e adaptados à maneira hodierna e atuante das pessoas, de acordo com o momento, o lugar, as necessidades e as possibilidades em os seus destinatários estejam a viver e ao nível da fé em que se encontrem.

---

<sup>84</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

A Igreja hoje, em face das atuais conjunturas sociopolíticas e das circunstâncias e meios, está desafiada a ter em conta as realidades antropológicas e sociais em que está. Propomos neste quesito, utilizar, inclusive, os meios de comunicação modernos para a transmissão e ensino catequético, e apostar mais na atualização permanente das metodologias catequéticas e dos seus catequistas.

## **1.2 Na Pregação**

A missão apostólica da Igreja, diante da urgente necessidade da pregação do Reino de Deus e da sua justiça, é de ir ao encontro dos homens que, seduzidos pelas coisas ou pelas situações e circunstâncias do momento, procuram um garante de segurança.

Muitos “se comportam como insensatos ou imprudentes. O pecado é um efeito, uma forma de escravidão diante dos pequenos ídolos de cada dia (Cf. Mt 8,12,22; Lc 12, 16,21). Também S. Paulo situa o pecado, todo pecado, no terreno da idolatria (Cf. Rom 1,23; Ef 4, 19; 5,5)”<sup>87</sup>. A busca desenfreada pelos bens materiais e a ânsia pelo imediato, são, hoje, o osso duro de roer para os pregadores dos bens do Alto.

Mesmo com as diferentes fases e épocas, a missão da Igreja permanece a mesma: a pregação do Reino de Deus e a Sua Justiça, exprime bem a vontade de Deus que, por amor ao homem, diz: 'Não quero a morte do pecador, que se arrependa e viva' (Cf. Ez 18,23; Act 8,22).

A Igreja, ciente de que a reconciliação vem de Deus, prega e ensina ao longo da sua existência e ministério, que Deus é fiel ao seu projeto, mesmo quando o homem, induzido pelo maligno e arrastado pelo orgulho, usa e abusa da liberdade que lhe foi dada por amor para amar ao seu Pai e aos seus irmãos.

---

<sup>87</sup> J. FLECHA, *Teologia Moral Fundamental*, pg. 321.

Mesmo nas circunstâncias e ocasiões em que o homem, em vez de responder com amor ao amor de Deus, se Lhe opõe como a um rival, Deus nunca o abandona à sua própria sorte: “Não obstante esta prevaricação do homem, Deus permanece fiel no amor”<sup>88</sup>.

Partindo do Evangelho proclamado e explicitado, a partir da própria situação e atualidade, pela homilia, o Pastor em comunhão com a Igreja, exorta aos fiéis presentes e recomenda-lhes a adequarem as suas vidas à vontade de Deus. É desejável que a homilia ilumine o coração do fiel e o conduza ao exame de consciência até à confissão dos pecados cometidos.

Na Exortação *Reconciliatio et Paenitentia*, o Papa afirma: “A partir do Evangelho lido na comunhão eclesial, a consciência cristã adquiriu, no decurso das gerações, fina sensibilidade e perspicaz percepção dos fenómenos de morte que estão contidos no pecado; sensibilidade e capacidade de percepção para caracterizar tais fermentos nas mil formas assumidas pelo pecado, nos mil carizes com que ele se apresenta. É a isto que se costuma chamar de «o sentido do pecado»”<sup>89</sup>.

E mais adiante, a mesma Exortação realça que, “este sentido tem a sua raiz na consciência moral do homem e é como que o seu termómetro. Anda ligado ao sentido de Deus, uma vez que deriva da consciência da relação que o homem tem com o mesmo Deus, como seu Criador, Senhor e Pai. E assim como não se pode apagar completamente o sentido de Deus nem extinguir a consciência, também não se dissipa nunca inteiramente o sentido do pecado”<sup>90</sup>.

Realmente, a Igreja é mandatada por Deus com a missão de dar amor reconciliador para o resgate da humanidade mergulhada sob o domínio do pecado. “Esta

---

<sup>88</sup> JOÃO PAULO II, *R P.*, nº10.

<sup>89</sup> *Ibidem*, nº18.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

iniciativa de Deus concretiza-se e manifesta-se no acto redentor que Cristo irradia pelo mundo mediante o ministério da Igreja. A Igreja, continuando o anúncio de reconciliação que Cristo pregou nas aldeias da Galileia e de toda a Palestina, não cessa de convidar a humanidade inteira a converter-se e a acreditar na Boa Nova. Fala em nome de Cristo, fazendo seu o apelo do Apóstolo Paulo: «Nós somos [...] embaixadores ao serviço de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Suplicamos-vos, pois, em nome de Cristo: Reconciliai-vos em Deus»<sup>91</sup>.

Achamos importante, se não mesmo imperioso, que nas nossas pregações homiléticas e não só, tenhamos sempre presentes, quando o tema é sobre o pecado, as descrições bíblicas para crescermos em consciência plena e sentida sobre o que o pecado desconserta na pessoa do fiel a Deus.

Diz o Padre João Seabra: “ora, crescermos nesta consciência, passa por nos colocarmos com um coração verdadeiro diante desta descrição que São Paulo faz da nossa humana condição. E a nossa humana condição é o facto de que Deus criou-nos para Si, mas nós usamos irremediavelmente a nossa liberdade para Lhe virarmos as costas e, por isso, constituímos-nos como em natureza decaída”<sup>92</sup>.

E sustenta: “A nossa natureza é uma natureza decaída. A nossa natureza não é uma natureza perdida. Nós não perdemos tudo da nossa natureza, como pretendia Lutero. Conservamos em nós aquela originária estrutura da consciência, aquela percepção do bem e do mal, aquela capacidade de reconhecer Deus como nosso Salvador”<sup>93</sup>.

Por isso, o anúncio do Evangelho é indispensável ao ser humano. A Igreja não é um opcional. O Evangelho não é uma doutrina adequada ao humano, no meio de outras doutrinas. Não há vários caminhos entre os quais se possa escolher como possibilidades

---

<sup>91</sup> *Ibidem* nº10.

<sup>92</sup> J. SEABRA, *Directo ao assunto: homilias paroquiais de Santos-o-Velho*, Lucerna, Cascais, 2003, pg.252.

<sup>93</sup> *Ibidem*.

para se ser salvo. A Igreja não conhece outro caminho para o homem se salvar, a não ser o Baptismo. “Não foi dado aos homens outro nome no qual os homens possam ser salvos, a não ser o nome de Jesus”<sup>94</sup>. Jesus significa Salvador. A Igreja é o caminho da graça, que o próprio Deus estabeleceu para que a nossa natureza decaída fosse resgatada.

Olhando para a assembleia dos fiéis e olhando para nós próprios, nasce em nós, imediatamente, a tentação como a do fariseu no Templo que diz: 'Dou-Te graças, Senhor, porque não sou como os outros homens'? (Cf. Lc 18, 9-14).

“Temos como que a ideia de que o mundo está perdido e que nós, diante do pecado, cá nos vamos aguentando mais ou menos. Vemo-nos como uma assembleia de justos, de gente reta, cumpridora, honesta e achamos que não somos como os outros homens. A nossa primeira tentação, a nossa primeira dificuldade - digamos que uma dificuldade da razão e do critério - é dizer: Não somos assim tão pecadores como isso. O pior é que já se diz mesmo: Não tenho faltas que acho graves, mas me confesso das pequenitas falhas”<sup>95</sup>.

Estruturamos uma dificuldade com o orgulho e a inconsciência. É-nos difícil reconhecer que somos pecadores, porque vivemos submersos numa cultura, numa maneira de pensar, numa forma de compreender a vida humana que negam a própria noção de pecado. “De vez enquanto, damos por nós a fazer uma coisa que não está bem-feita, mas, regra geral, achamos que não temos culpa, que são coisas que têm a ver com os nossos traumas de infância, ou com as circunstâncias sociais, ou com a imutabilidade dos factos”<sup>96</sup>.

Hoje sentimo-nos quase todos arrastados por uma corrente de “deixa andar”, ou seja, um sentimento coletivo de irresponsabilidade e de não assunção da realidade; somos

---

<sup>94</sup> Cf. *Ibidem*, pp.255-256.

<sup>95</sup> *Ibidem*, pg. 256.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

feitos cataventos. E o pior é que pensamos: “eu vou fazer esta coisa mal feita, porque sou mau e quero fazer mal”<sup>97</sup>. Tal situação pode não ser geral ou que aconteça a muitos, mas pode ser que, ao dizer que farei tal mal e depois me confesso, ou vou perguntar ao sacerdote, depois de o ter feito, isso já é frequente em mim, ou é cenestésico, Deus poderá entender...etc.

“Achamos que são ciladas que a vida nos tece, coisas que não conseguimos escapar, tendências que não dominamos, fragilidades de que não nos sentimos culpados. E como tudo nos explica que não temos culpa!”<sup>98</sup>. A culpa é sempre do outro, e, por vezes, justificamo-nos com histórias e cenas de que o outro disse e fez; 'eu não quis' e 'não fui eu', etc. “A nossa grande tentação é de, mesmo quando reconhecemos que somos pecadores, achamos que não temos culpa, estamos desculpados pelas circunstâncias”<sup>99</sup>.

Em jeito de remate, o Padre João Seabra diz: “nós hoje fazemos parte de uma cultura em que [para] reconhecermos que somos pecadores, precisa de transformar toneladas de concepções dominantes, que, pura e simplesmente, nos ocultam esse facto elementar e simplicíssimo”<sup>100</sup>; o de assumir os nossos próprios erros.

### **1.3 Na Teologia**

Uma vez que no pecado o homem se afasta de Deus e da sua Aliança, o pecador vive longe de Deus e quase extraviado da salvação. Nesta perspectiva, olhando para a realidade conceptual e vivencial hoje, apresentamos uma abordagem teológico-prática em linha pastoral, como forma de coroar a razão da necessidade do uso de uma doutrina viva e vigente, assente em bases histórico-teológicas.

---

<sup>97</sup> *Ibidem.*

<sup>98</sup> *Ibidem.*

<sup>99</sup> *Ibidem.*

<sup>100</sup> Cf. *Ibidem*, pg.257.

“Ao longo da história, tanto da teologia como da vida eclesial, tentou fixar-se em fórmulas teológicas e em realizações pastorais, o elemento formal e os aspetos característicos da realidade do pecado”<sup>101</sup>.

Focamo-nos numa “tradição secular que foi sendo condensada em fórmulas ou definições que resumem a reflexão teológica e condicionam a praxis pastoral sobre o pecado. [...] Julgamos necessário avaliar as mesmas, para fazer um discernimento entre os valores permanentes e as formas histórico-culturais mutáveis, e, conseqüentemente, tratar de formular adequadamente a noção de pecado para um mundo em mudança”<sup>102</sup>.

Nesta fase, somos tentados a examinar algumas reflexões teológicas sobre o pecado que marcaram decisivamente a época: a moral de Santo Agostinho; a sistematização clássica de Santo Tomás de Aquino e os manuais vigentes.

A moral de Santo Agostinho permaneceu viva e operante na teologia do pecado. Dela proveio uma definição clássica, que se tornou o acorde temático originário de vários desenvolvimentos teológicos e catequéticos: “*peccatum est dictum vel factum vel concupitum aliquid contra legem aeternam*”<sup>103</sup>; isto é, 'o pecado é o dito, o feito, ou qualquer desejo contra a lei eterna'.

Tal como diz Marciano Vidal: “A doutrina agostiniana caracteriza-se mais pela abundância do que pela sistematização, tanto no que respeita à avaliação da culpabilidade como no referente à enumeração dos pecados ou à sua classificação em mortais e veniais”<sup>104</sup>.

Destacamos também, a claridade e a sistematização de Santo Tomás de Aquino, na teologia do pecado. Mesmo tendo trabalhado com um material anterior a si, foi da sua autoria a síntese que marcou o caminho do tratamento teológico do pecado.

---

<sup>101</sup> M.VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 603.

<sup>102</sup> *Ibidem*.

<sup>103</sup> *Ibidem*, pg. 604.

<sup>104</sup> Cf. *Ibidem*.

Posteriormente, o pecado veio a ser um dos temas que entrou em pleno nos esquemas teológicos tradicionais<sup>105</sup>.

Torna-se imperativo, hoje, reconhecermos a referência histórica à reflexão escolástica e às precisões casuísticas, como sendo os que constituem os enfoques que configuram o tratamento teológico do pecado nos últimos séculos. Por isso, “os manuais de Dogmática e, sobretudo, os de Moral, são testemunhos claros de tal orientação”<sup>106</sup>. Isto, por neles estar a exposição típica da doutrina vigente sobre o pecado.

Marciano Vidal diz que “na tradição teológica sobre o pecado existem elementos de uma validade indiscutível. Não se pode pensar apagar todo o anterior e partir de um ponto zero. Seria uma posição incongruente”<sup>107</sup>. Há que se ter sempre em conta as referências ao passado, para se ter firme e controlado o presente atualizado, e preparar um futuro acautelado dos erros do passado.

## **2. Tipologias de pecado**

O pecado é uma realidade embrenhada no ser humano. Esta realidade complexa e quase que indissociável do seu ser, viver e agir, tem dois níveis: o objetivo e o subjetivo. Para abordarmos as características-base do pecado, fixamo-nos nas Sagradas Escrituras e destacamos três aspetos tipológicos que são: *o pecado das origens* (Adão e Eva); a *Torre de Babel* e a narrativa do *Filho Pródigo*, dando sustentabilidade à capacidade reconciliadora e de perdão de Deus para com o homem e dos homens entre si:

### *a) O pecado das origens (Adão e Eva)*

---

<sup>105</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>106</sup> *Ibidem*.

<sup>107</sup> *Ibidem*.

Lê-se nos primeiros capítulos da Sagrada Escritura que, por meio do acto do Criador, Deus fez 'tudo bom' (Cf. Gn 1, 4.10.12.18.20.25.31). Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, homem e mulher os cria, os bendiz e lhes ordena que sejam fecundos e povoem a terra; confia-lhes a criação a seu cuidado e proventos (Cf. Gn 1, 27-30; 2,15). Tudo era bom; mais ainda: muito bom!<sup>108</sup>. O ser humano queria ser como Deus e decidir arbitrariamente sobre o bem e o mal. Acontece o fratricídio de Abel às mãos de Caim. O mal cresce, as atitudes e as ações dos seres humanos tornam-se graves e impensáveis (Cf. Gn 3,5; Gn 3, 16-19; Gn 4; Gn 6.5).

“Neste querer ser como Deus, está em vista o pecado do orgulho, o querer decidir por si mesmo; o querer estabelecer à margem de Deus o critério distintivo do que seja o bem e o mal e agir segundo o critério assim estabelecido. E pelo pecado do orgulho, por querer ser como Deus, isto é, igual a Deus, o homem rejeita a soberania de Deus, pois entre iguais, nenhum tem sobre o outro o poder soberano. E, recusar a soberania de Deus é, também, recusar Deus”<sup>109</sup>.

Realmente, para que o pecado tivesse acontecido no jardim do Éden, houve antes um astucioso tentador, a serpente e dois sujeitos, sumamente visados pelo risco da sedução.

A ambição é uma via humana de apetência e inquietação em não se sentir satisfeito apenas com o que se tem ou com o momento que se vive. O homem quer sempre mais; quer dar outros voos; quer “ser como Deus e decidir arbitrariamente sobre o bem e o mal (Cf. Gn 3, 5)”<sup>110</sup>.

---

<sup>108</sup> Cf. W. KASPER, *Misericórdia: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*, Lucerna, Cascais, 2015, pp. 60-61.

<sup>109</sup> F. NARCISO, *Mal, pecado e estruturas de pecado*; monografia, UCP, Lisboa, 2013, pg. 38.

<sup>110</sup> Cf. W. KASPER, *A Misericórdia*, pg. 61: “Vendo a mulher que o fruto da árvore devia ser bom para comer, pois era de atraente aspecto e precioso para esclarecer a inteligência, agarrou no fruto, comeu, deu dele também a seu marido, que estava junto dela e ele também comeu”, Gn 3,2-5.

Já dizíamos que o pecado tem extensão e abrangência incomensuráveis; é, por isso, realidade complexa, intrínseca e extrinsecamente inerente ao agir humano. O afastamento de Deus leva o homem a afastar-se da natureza e dos seus semelhantes.

Diz o Cardeal Walter Kasper: “depois do pecado, a terra só produzia espinhos e cardos e terá de ser trabalhada com o esforço e o suor do rosto; a vida nova só poderá nascer no meio de dores; o homem e a mulher distanciar-se-ão mutuamente”<sup>111</sup>. Uma metáfora que transparece e revela o medo das consequências pela transgressão, a quebra da relação criatura - Criador.

Do pecado surgem as iniquidades, resultam graves consequências: “acontece o fratricídio de Abel às mãos de Caim. O mal cresce [...] como uma avalanche, e as atitudes e as intenções dos seres humanos tornam-se cada vez piores (Cf. Gn 6,5)”<sup>112</sup>. Mas, “Deus, desde o princípio, toma as medidas para que isso não aconteça e intervém reiteradamente para pôr cobro à irrupção do caos e da catástrofe (Cf. Gn 4,15)”<sup>113</sup>.

Por outras palavras, podemos dizer que a atuação de Deus desde o início da criação foi sempre obra de dom de amor; a sua vontade salvadora, dom misericordioso. Diz Walter Kasper: “ao expulsá-los do paraíso, Deus dá vestuário aos seres humanos, a fim de que estes se protejam das inclemências da natureza e possam preservar a Sua dignidade (Cf. Gn 3,20)”<sup>114</sup>. Depois do dilúvio, Deus procura por Noé; põe em prática um novo princípio: garante a existência e a ordem do cosmos, bendiz novamente o ser humano e coloca sob a Sua proteção especial a vida do homem, enquanto imagem e semelhança Sua (Cf. Gn 8,23; 9,15ss).

#### *b) A Torre de Babel*

---

<sup>111</sup> W. KASPER, *A Misericórdia*, pp. 60-61

<sup>112</sup> *Ibidem*.

<sup>113</sup> *Ibidem*.

<sup>114</sup> *Ibidem*.

Já várias vezes referimos a fidelidade de Deus, e as quedas frequentes, a violação da lei, por parte do instável, insaciável e falível homem; é a sua *hýbris*<sup>115</sup>. Na tentativa de ir mais longe, os homens constroem a Torre de Babel (Cf. Gn 11, 1-9), com o destino de alcançar o Céu. Gerou desentendimentos e conflitos por todos os lugares, e a vida social fica em constante instabilidade. As desconfianças e as confrontações por desafios entre humanos, são a medida do tamanho das suas incompreensões, ambições e orgulho.

A construção da Torre de Babel é a tentativa falhada da curiosidade do homem em relação à divindade. O regresso do filho pródigo ao Pai, é a abertura e bondade de Deus que acolhe a humanidade que se penitencia por culpas consentidas de sofrimento e dor, cujas manchas foram apagadas pelo agir misericordioso do Pai<sup>116</sup>.

Deus não abandona a humanidade à sua própria sorte ou destino. Os homens subdividem-se em tribos e povos (comunidades linguísticas); distanciam-se por territórios administrativos e culturais. “Deus opõe-se ao caos e à catástrofe”<sup>117</sup>.

A Sagrada Escritura destaca a firme determinação da vontade de Deus Pai em manter a Aliança com os seus filhos e nunca se desfaz dela. Desde Abraão, 'em Abraão serão benditos todos os povos da terra' (Gn 12,3ss), a expressão 'bendito', equivale a 'bênção', na qual Deus promete bem-estar, paz e vida em plenitude<sup>118</sup>, para o desfrute das criaturas humanas.

*c) A parábola do Pai Misericordioso do Filho Pródigo*

Um homem tinha dois filhos (Cf. Lc 15, 11-32); o filho mais novo manifestou a vontade da sua pretensão de sair da casa paterna, levando consigo a parte que lhe cabia

---

<sup>115</sup> Hýbris: expressão referente à mistura de dois ou mais elementos diferentes; línguas misturadas e vocábulos que se interpenetram e que, por serem várias, Walter Kasper usa a expressão para colocar o agudizar do orgulho humano que eclode em dissuasão. A arrogância do ser humano, não tem fim. (Cf. W. KASPER, *A Misericórdia*, pg. 61).

<sup>116</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *R P.*, n.º 6.

<sup>117</sup> W. KASPER, *A Misericórdia*, pg. 61.

<sup>118</sup> *Ibidem*, pg. 62.

como herança, e foi para terras longínquas onde esbanjou a seu belo prazer. O Pai não teve reservas, deu-lhe tudo o que pediu.

O filho mais velho sempre esteve em casa sem transgredir nem pedir nada para si do que lhe correspondia, nem mesmo algo que pudesse usufruir (festejar) com os seus amigos. Em Deus, tudo é nosso e nada é privado.

O Pai é maior que os filhos, o seu coração, os seus olhos e o seu agir superam a nossa condição natural. O Pai reconhece-nos desde longe. Vem ao nosso encontro cheio de compaixão, e enche-nos de graça e de perdão. Contudo, o filho mais novo “gastou-se e tudo gastou”<sup>119</sup>. Agora, entre todos, de tudo usufruímos na vida em Deus. O trabalho é uma forma de participar na festa, faz parte e corresponde à alegria do perdão (Cf. Lc 15, 18-20). E com Deus, a vida é uma festa e alegria (Cf. Lc 15, 32).

### **3. Estruturas de pecado**

Estamos diante de um assunto problemático e problematizado; um drama que caracteriza a pessoa e as pessoas todas. “A pessoa é uma unidade, uma totalidade, que vive e se desenvolve no tempo”<sup>120</sup>, e num meio circunscrito com os outros seres. Um elemento que, com o seu modo de ser, agir e pensar, afeta o meio ambiente e também dele recebe influências.

Na verdade, “todos nós pecamos, se dissermos que não; enganamo-nos a nós próprios e a verdade não está em nós”<sup>121</sup>. No entanto, podemos entender que, “a culpabilidade estrutural é aquela que se realiza no âmbito humano das estruturas”<sup>122</sup>.

---

<sup>119</sup> *Ibidem*, pg. 41.

<sup>120</sup> G. ROCHA, *Humanizar a sociedade: responsabilidade de todos contributos dos mais vulneráveis*; ensaios, propostas e testemunho, Editorial Cáritas, Lisboa, 2013, pg. 58.

<sup>121</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *R P.*, nº 13.

<sup>122</sup> M. VIDAL, *Para conhecer a Ética Cristã*, pg. 91.

António Moser intitulou-a: 'pecado sócio-estrutural' e tripartiu-a usando a via clássica, '*via negationis*', consagrada pela Escolástica: dizer o que não é, para depois dizer o que é: uma abordagem comparativa do pecado '*sócio-estrutural*' com o pecado original, com o *pecado coletivo* e com a *dimensão social* do pecado.

Para o autor, o pecado *sócio-estrutural* não se identifica com o pecado original; tem a ver, mas não se identifica com o '*pecado coletivo*'; tem a ver, mas vai além da '*dimensão social do pecado*'. Conclui dizendo que 'o pecado que nasce no coração humano encontra-se historicizado na forma de estruturas opressivas que se tornam causas objetivas deste mesmo pecado. Pessoas e estruturas atuam sempre a quatro mãos: das pessoas para as estruturas e das estruturas para as pessoas'<sup>123</sup>.

O pecado estrutural não deve ser interpretado como uma 'projeção' da responsabilidade subjetiva sobre as estruturas. “A razão é evidente: uma situação – como uma instituição, uma estrutura, uma sociedade – não é, por si mesma, sujeito de actos morais”<sup>124</sup>. Também não deve ser entendido como a afirmação de terminismos históricos ou como a mera sucessão de condições materiais (estruturalismo marxista). Pelo contrário, “a culpabilidade estrutural é uma concretização objetiva da maldade pessoal, concretização que brota da responsabilidade pessoal e que se fundamenta nas estruturas humanas”<sup>125</sup>.

As estruturas são definidas pela Congregação para a Doutrina da Fé como “o conjunto das instituições e realizações práticas que os homens encontram já existentes ou que criam, no plano nacional e internacional, e que orientam, ou organizam a vida económica, social e política. Embora necessárias, tendem frequentemente a estabilizar-se e a cristalizar como mecanismos relativamente independentes da vontade humana,

---

<sup>123</sup> Cf. A. MOSER, *O pecado: do descrédito ao aprofundamento*, pp. 262-269.

<sup>124</sup> JOÃO PAULO II, *R P.*, nº 16.

<sup>125</sup> M. VIDAL, *Para conhecer a ética cristã*, Perpétuo Socorro, Porto, 2005, 2ª Ed. pg. 91.

paralisando, dessa forma, ou alternando o desenvolvimento social e gerando a injustiça. No entanto, dependem sempre da responsabilidade do homem, que pode modifica-las, e não de um pretense determinismo da história”<sup>126</sup>.

Olhando mais atrás, Thomas Hobbes (1588-1674) dizia que o homem é naturalmente mau; a sociedade é que o tempera. Francisco Manuel Narciso diz: “no estado de natureza que precedeu o surgimento das sociedades, o homem vivia em permanente estado de guerra, *bellum omnium contra omnes*, uma guerra de todos contra todos: *homo homini lupus*”. Francisco Narciso focaliza dizendo que “em sociedade, face à necessidade de obediência às leis por forma a garantir a convivência, o homem é forçado a conter as suas tendências e paixões mais aberrantes. Nesse sentido, a sociedade torna o homem menos mau”<sup>127</sup>.

Diz Marciano Vidal: “O ambiente social não é nem mera determinação nem pura indeterminação. Por um lado, é algo que provém da liberdade humana, mas por outro, escapa à intervenção livre do homem. Tem o carácter de 'claro-escuro' tão próprio das realidades humanas”<sup>128</sup>.

Sustenta Narciso que para Jean-Jacques Rousseau: 'o homem é naturalmente bom e que a sociedade é que o corrompe'. Num estado originário, o homem viveu em paz consigo mesmo e com a natureza. E, aludindo ao 'mito do bom selvagem', afirma que o aparecimento da sociedade trouxe como consequência a perda da bondade original, e o homem tornou-se menos bom<sup>129</sup>.

É no ambiente social que se concretiza o pecado em estruturas sociais de pecado: estruturas políticas, económicas, culturais, jurídicas, religiosas, etc. Há aspetos estruturais

---

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> F. NARCISO, *Mal, pecado e estruturas de pecado*, pg. 62.

<sup>128</sup> M. VIDAL, *Para conhecer a ética cristã*, p. 91.

<sup>129</sup> Cf. F. NARCISO, *Mal, pecado e estruturas de pecado*, pg. 62.

da nossa sociedade que são injustos, porque dependem da intervenção livre dos homens, como é o caso das injustiças institucionalizadas<sup>130</sup>.

O homem sofre as influências da sociedade que o integra, tal como diretamente o homem influencia a sociedade na qual está integrado. Mas, apesar de o homem ser naturalmente propenso ao mal, ele é também capaz de Deus. Bem o dizia Francisco Narciso citando São Cipriano de Cartago: 'homo capax Dei'<sup>131</sup>. Isto é, o homem é capaz de Deus, por ser capaz de superar-se, e não ser apenas conotado de modo fatalista como sinónimo de falhas, erros, maldade ou desastres, como se o homem fosse apenas igual ao pecado. No entanto, o homem é também capaz de fazer o bem, porque Deus é o Sumo Bem.

#### **4. O pecado e os pecados**

Em razão da gravidade e da abrangência moral que o pecado tem na pessoa e nas sociedades humanas, referimo-nos a um critério de análise em função da intenção, das circunstâncias e dos meios.

“A reflexão cristã introduziu na compreensão do pecado múltiplas precisões, sobretudo na etapa casuística da Teologia Moral. Muitas destas precisões, arriscamos dizer, não dizem nada aos cristãos atuais na compreensão e vivência da realidade do pecado. Nos manuais de Teologia Moral fala-se do sujeito, das causas e dos efeitos do pecado. Analisam as distinções numéricas e específicas dos pecados”<sup>132</sup>.

Não se pode esquecer o estudo das condições para que o pecado seja um acto imputável à liberdade humana, nem mesmo deixar de fazer precisões sobre os pecados

---

<sup>130</sup> *Ibidem* pg.74.

<sup>131</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 63.

<sup>132</sup> M. VIDAL, *Cómo hablar del pecado hoy: hacia una moral crítica del pecado*, PPC, Madrid, 1977, pg. 198.

internos (maus pensamentos, deleitações morosas, gozo, maus desejos) mesmo que apresentem dificuldades maiores no entendimento do seu sentido.

Tendo em consideração a gravidade moral, os pecados eram classificados como graves ou leves; quanto aos efeitos, eram classificados como mortais ou veniais<sup>133</sup>.

Embora pastoralmente haja uma clara tendência a separar-se o aspeto da gravidade, do aspeto da mortalidade, há que realçar a utilização terminológica do pecado mortal como sendo igual ao grave, e o leve igual ao venial, dado que 'a raiz do pecado está no coração do homem, na sua vontade livre' (Cf. Mt 15, 19). Posto isto, propomos a educação pela distinção dos planos da tradição tomista onde os temas de pecado grave / leve e mortal / venial se tratam de forma independente<sup>134</sup>.

Tendo em consideração o comprometimento cristão com a vida pessoal, com a sociedade e com Deus, a maior ou menor gravidade dos valores varia um pouco conforme as diversas épocas e o nível de fé que o indivíduo tem, e com compreende a vida. O que condiciona mais são as variações socioculturais, circunstâncias, e as situações históricas próprias de cada país ou região.

## **5. Tendências atuais na abordagem sobre o pecado**

Ao identificarmos uma tendência, na generalidade das sociedades atuais, quase de abandono e desconsideração pela realidade do pecado, eis-nos aqui em análise crítica e criteriológica, apontando para uma direção atinente à aceitação e valorização do homem, à prática do Sacramento da Penitência, a partir do reconhecimento e assunção dos seus próprios actos, diante dos homens, e ou, da Igreja e de Deus.

---

<sup>133</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>134</sup> Cf. M. VIDAL, *Cómo hablar del pecado hoy*, pg. 199.

## 5.1 O pecado como uma realidade sacralizada

Nos tempos atuais, a consciência do pecado como realidade essencialmente humana é quase banalizada ou ignorada. O pecado é sobretudo entendido “de cima” para baixo; e, por conseguinte, algo de homens exclusivamente piedosos ou religiosos. Diz Marciano Vidal: “ela evoca uma consideração eminentemente sacral: em referência a Deus. Muitas vezes, a perspectiva religiosa é tão preponderante que eclipsa ou desvirtua a dimensão ética, ou o conteúdo intramundano que comporta o pecado”<sup>135</sup>.

A ordem moral da culpabilidade fica sacralizada no sentido de ser assumida pela dimensão religiosa, mesmo que a avaliação moral que se estabelece na culpabilidade se faça em relação a uma ordem natural que está subsumida dentro de uma 'ordem divina'. Parece que não existe outro ponto de referência para avaliar a ação pecaminosa, a não ser a normalidade estabelecida por uma ordem sacra ou religiosa.

O mal que acontece fora do âmbito religioso ou eclesial, é um fenómeno denominado por crime, mal, erro, ofensa, ou um cometimento qualquer.

## 5.2 O pecado como 'tabú cultural'

“*Tabú* é uma palavra de origem polinésia, empregada para designar uma realidade (coisa, pessoa, etc.), cujo uso ou contacto estão proibidos ao homem”<sup>136</sup>.

Notamos em algumas passagens que os conteúdos da história das religiões passam a ideia de que o *tabú* é uma instituição de fundamento religioso que atribuída carácter sagrado a determinados seres, objetos ou lugares, interditando qualquer contacto com eles.

---

<sup>135</sup> *Ibidem*, pg. 286; M. VIDAL, *Para conhecer a ética cristã*, pg. 82.

<sup>136</sup> M. VIDAL, M., *Para conhecer a ética cristã*, pg. 77.

Importa-nos ressaltar que o ambiente social e as dinâmicas culturais influem muito na compreensão, acentuação e educação para a vivência dos valores ou para a degradação dos mesmos. Hoje os homens não têm todos os mesmos níveis de aceitação sobre o bem que se deve praticar e o mal que se deve evitar.

Estamos plenamente de acordo de que, “uma realidade é *tabú* quando o homem não pode penetrar nela, sem que se desencadeiem diversos malefícios que estão nessa realidade. Há um muro intransponível entre a realidade, o *tabú*, e o homem; muro que pode ser violado, tanto pelo pensamento, como pela palavra ou pela acção”<sup>137</sup>.

Marciano Vidal cita Ricoeur pela densidade com que trata o simbolismo da culpa. Para ele, o pecado *tabú* é expresso pelo simbolismo da mancha. Por isso, o pecado é compreendido e vivido como violação de um *tabú*.

O pecado compreendido como *tabú* e expressado como mancha, como diz Marciano Vidal<sup>138</sup>, não tem sido alheio à vivência e à compreensão cristã da culpabilidade. Prescindindo das situações patológicas, como as do neurótico obsessivo ou escrupuloso, podemos verificar os seguintes resíduos *tabuísticos*:

a) *A violação automática da norma*<sup>139</sup>

A este propósito, o autor aponta a conceção a florada muitas vezes pelos penitentes quase no final da confissão: 'e pelos pecados que de momento não me recordo', como se a vivência do pecado fosse uma violação mecânica, isto é, não responsabilmente assumida. A acusação de pecados de que não me recordo, tal como diz o autor, ou de 'pecados que, talvez, tenha cometido sem saber'<sup>140</sup>, no nosso entender, é como uma conceção do pecado no sentido de uma violação automática de uma norma de forma ritual

---

<sup>137</sup> *Ibidem*.

<sup>138</sup> Cf. M. VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 655.

<sup>139</sup> Cf. M. VIDAL, M., *Para conhecer a ética cristã*, pg. 77.

<sup>140</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 78.

b) *Relação de 'pecado com castigo'*<sup>141</sup>

Neste quesito, o autor confirma o facto de que a vivência cristã da culpa nem sempre esteve desligada do medo de um castigo divino pronto a fulminar imediatamente depois do homem pecar. No seu entender, esta ligação entre castigo e falta pertence a uma compreensão tabuística do pecado. Marciano Vidal cita as afirmações de Ricoeur no caso, dizendo que ela, a compreensão *tabuística*, constitui uma 'fatalidade primordial'. 'A cadeia inquebrável' que liga a vingança à mancha, é anterior a qualquer instituição, a qualquer intenção, a qualquer decreto. Trata-se de uma ligação tão primitiva que até é anterior à própria representação de um Deus vingador.

A conexão entre o pecado e mal físico pode ser um indício da existência desse terror pré-ético que leva a uma vivência incorreta da culpabilidade<sup>142</sup>. Entendemos que os cristãos nem sempre têm conseguido dissociar entre o mundo ético do pecado e o mundo físico do sofrimento. Além disso, há a relação entre pecado e inferno, entre culpa e pena, como consequências máximas da transgressão.

### **5.3 O pecado como 'desordem' e expressado como 'transgressão'**

É incorreto entender a culpabilidade através do conceito de desordem e expressá-lo com a simbologia de transgressão. Trata-se de uma noção de culpabilidade que hoje qualificaríamos como estática, heterónoma e privilegiadora da ordem estabelecida. Na vertente da transgressão, destacamos três elementos fundamentais no âmbito teológico-prático-pastoral:

1) A relação e vivência do pecado a partir da consciência moral individual e das normas do grupo.

---

<sup>141</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>142</sup> Cf. *Ibidem*.

“A teoria 'sociologista' explica e considera o fenómeno da consciência moral como um 'eco' da sociedade; a consciência é uma adaptação às condições sociais ou como um convénio indispensável entre o egoísmo individual e o interesse social”<sup>143</sup>.

O homem vive imerso numa sociedade e recebe dela um sistema de valores morais, a moral social vigente, que, com frequência, aceita incondicionalmente. Esta consciência social influi cada vez mais no homem, hoje sobretudo através dos meios de comunicação social, o que não supõe a inexistência da consciência individual. Apenas destacamos a influência da consciência coletiva no indivíduo, sujeito à influência da coletividade social já encontrada, e que, com o tempo, penetra nele sem mesmo se dar conta.

Neste caso, podemos concordar que “é um exagero que o sociologismo considere a consciência coletiva como uma realidade autónoma e a consciência individual um mero reflexo da consciência coletiva. A consciência individual nasce dentro da consciência social; alimenta-se e desenvolve-se a partir da consciência coletiva”<sup>144</sup>.

Evidentemente, temos que viver a nossa responsabilidade pessoal dentro da sociedade, mas podemos fazê-lo de dois modos, empregando a terminologia de Bergson: “viver a nossa inserção na comunidade de uma forma 'fechada' ou de uma forma 'aberta'. A primeira dá-nos uma consciência massificada, baseada na pressão social (na irresponsabilidade das massas; nos pré-juízos estereotipados); a segunda proporciona-nos um modo de viver conscientemente responsabilizados com a comunidade”<sup>145</sup>. O indivíduo descobre os alicerces para viver a responsabilidade pessoal (mediante o exemplo, a amizade e à comunicação). Não podemos dizer que o indivíduo é mau porque a sociedade é má.

---

<sup>143</sup> M VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 663.

<sup>144</sup> *Ibidem*, pg. 664.

<sup>145</sup> Cf. *Ibidem*.

2) A noção e a vivência do pecado como simples rutura das pautas sociais assume características próprias: “A culpa é entendida em referência a uma lei que resulta do conjunto de proibições ou normas mediante as quais se estabelece a pressão social. A insistência que assume o sentido de culpabilidade está configurada pelo medo da sanção ou do fracasso e a impressão de se ver oprimido por uma força superior”<sup>146</sup>.

O pecado, ao nível social, mede-se em relação à força da pressão social. “Não se faz porque se temem as sanções sociais, as consequências, o ridículo, as críticas, as discriminações. E quando não se cede ao conformismo, fala-se de má consciência ou de pecado em sentido exclusivamente social”<sup>147</sup>.

O elemento que caracteriza a vivência da culpabilidade social é a vergonha. “A pessoa sente-se como desprezada pelo grupo; não está amparada pelo conformismo social; sente a vergonha da sua nudez sociológica”<sup>148</sup>.

3) O pecado entendido e vivenciado como violação de uma pauta social pertence, ao mundo pré-moral. “Dentro da consciência moral existem instâncias que constituem a chamada 'subconsciência moral' e que têm uma forma de atuação particular”<sup>149</sup>.

“Quando a culpabilidade social ocupa o campo da consciência ética, então encontramos-nos com uma pseudomoral e um '*pseudopecado*'. Para Freud, a pseudomoral é aquela em que a pessoa não tem moral própria, mas que coloca em si a moral do ambiente e vive assim na inconsciência ética; é a do *super-ego*. A maior parte dos homens vive nessa mediania, nessa inautenticidade. Quando o homem vive a nível dessas influências exteriores, vive a nível da moral do *super-ego*, ou seja, a nível de uma *pseudomoral*”<sup>150</sup>.

---

<sup>146</sup> *Ibidem*.

<sup>147</sup> *Ibidem*.

<sup>148</sup> *Ibidem*.

<sup>149</sup> *Ibidem*, pg. 665.

<sup>150</sup> *Ibidem*.

Para ter uma noção e vivência do pecado ético, é necessário ultrapassar o nível de pressão social. Apesar da origem social de certas normas morais, as pautas sociais não podem ser normas éticas, se não assumidas de uma maneira ativa. A partir dessa apropriação ativa, o homem pode assumir conteúdos sociais, mas sempre que os faça próprios, seus.

#### **5.4 O pecado como transgressão da lei**

Há um nível de percepção social reducionista sobre o pecado que o entende juridicamente, isto é, como transgressão de uma lei. Este nível, e de acordo com Marciano Vidal, 'não atinge plenamente a dimensão ética da culpabilidade'. De facto, muitas vezes acontecem situações em que o homem transgride uma ordem jurídica. O pecado moral não pode ser formalmente identificado com a transgressão jurídica como tal<sup>151</sup>.

A conceção legalista da culpabilidade faz coincidir a noção e a vivência do pecado com a transgressão da ordem jurídica. O mesmo autor aponta os seguintes traços: insistência nos efeitos do acto, antes de tudo; avaliam-se os efeitos sociais; prevalece o valor da lei como critério de avaliação do comportamento. Mas deve-se ter muito em conta a intencionalidade do agente<sup>152</sup>.

Uma análise criteriosa sobre a dimensão jurídica que Marciano Vidal faz com base num texto de Castilla del Pinto<sup>153</sup>, considera que a visão legalista do pecado traz uma tonalidade *extrinsecista* na determinação da culpabilidade. Como se o agir da pessoa não partisse do pensamento e sentido a partir do íntimo do seu coração. Transcrevemos, por considerarmos profunda e clara a citação:

---

<sup>151</sup> Cf. M VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 666; *Cómo hablar del pecado hoy*, pg. 78.

<sup>152</sup> Cf. M. VIDAL, *Cómo hablar del pecado hoy*, pp. 78-79.

<sup>153</sup> Cf. *Ibidem*. pg. 79.

“Na consideração jurídica da culpa, é evidente que se atende sobretudo aos seus efeitos 'sociais'. O juiz não penetra – e tende a não penetrar, para evitar extremos que 'complicariam', o seu trabalho – na intencionalidade do acto culpável. Desta forma, na maioria das vezes, atende ao efeito posterior da ação, isto é, ao seu efeito sobre os outros - sobre a sociedade - e desliga-se o mais que pode da intencionalidade que preside a essa ação. Esta submissão à objetividade daquilo que se faz, confere à tarefa jurídica um carácter de imperfeição práctica em todos os casos. Para um psicólogo, para um sociólogo, a tarefa de julgar - feita por quem quer que seja e entre nós é o juiz quem a realiza - é radicalmente imperfeita e, para se ser mais claro, essencialmente injusta. E isso não só porque prescinde, a pretexto da objetividade, daquilo que foi feito, do como se fez e da razão por que se faz - que são os dois fatores que numa perspectiva demasiado simples definem a intenção - mas porque a intenção é circunscrita ao setor da realidade que é a pessoa ou sujeito da ação”<sup>154</sup>.

### **5.5 O pecado como 'culpa' e expressado como 'acusação'**

O modo de entender o pecado como culpa e expressá-lo como acusação, nunca atingirá a dimensão ético-religiosa, porque é uma formulação em que o momento subjetivo da culpabilidade não fica correctamente integrado, e dá origem a uma ação e vivência de culpabilidade que permanece a um nível psicológico sem alcançar o nível ético-religioso.

Por ser uma formulação falsa, à luz da mensagem teológico-pastoral sobre o pecado, queremos apresentar uma reflexão crítica como pretensão de valorização do critério culpa-acusação:

*a) A culpa enquanto individualização da consciência moral:*

---

<sup>154</sup> C.CASTILLA DEL PINO, *La culpa*, Madrid, 1968, 44-45, citado por M VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 666.

Se entendermos o pecado como culpa, ressaltamos uma responsabilização de carácter individual. Diante da “responsabilização do grupo, perante a um automatismo cego e irresponsável, o pecado-culpa destaca o indivíduo como responsável”<sup>155</sup>. A mais adequada forma de vivermos em harmonia, é sermos um por todos e todos por um, naquilo que na convivência, clama por solidariedade. “A descoberta da responsabilização individual é algo positivo. Contudo, quando se exagera este aspeto, dá lugar a um conceito de pecado que não recolhe a autêntica realidade da culpa ético-religiosa”<sup>156</sup>.

Na compressão pecado-culpa, ressaltam algumas características<sup>157</sup>: Um acento marcado da consciência moral, de carácter individualista que entra tanto na noção de pecado como na noção de salvação. Uma preocupação pela gradação na medida da culpabilidade, como num tribunal; a escrupulosidade será uma consequência patológica deste afã de gradação na responsabilidade. A relevância da obrigação como fator determinante da responsabilidade individual; insiste-se na obediência, no cumprimento exato e pormenorizado da lei e na dimensão jurídica das ações humanas.

Podemos dizer que todo o processo ocorre a partir do isolamento da consciência moral, como origem e meta.

*b) A culpa enquanto 'acusação agressiva':*

A compreensão de 'pecado-culpa' está unida ao carácter de 'acusação'. Pois, “se entendemos o pecado como 'culpa', estamos a interpretar a culpabilidade como uma auto-acusação. O núcleo básico do pecado reside, segundo esta interpretação, na interacção ou desdobramento do sujeito em juiz-acusado”<sup>158</sup>.

---

<sup>155</sup> *Ibidem*, pg. 672.

<sup>156</sup> *Ibidem*.

<sup>157</sup> *Ibidem*, pg. 673.

<sup>158</sup> M VIDAL, *Moral de Actitudes I: Moral Fundamental*, pg. 674.

A culpa-acusação comporta<sup>159</sup> uma grande carga de agressividade, como é o caso do fracasso que se experimenta nos comportamentos falhados. Faz que o sujeito se volte sobre si mesmo para descarregar todo esse peso. O gesto de 'bater-se no peito' seria como a ritualização dessa dinâmica interna da culpa-acusação, a que já aludimos quando falávamos da violação automática da norma.

É um bloqueio do caminho que deveria levar a pessoa a uma realização da sua existência e da existência dos demais. Uma grande dose de angústia que origina no sujeito um estado de má consciência. A acusação que pesa sobre o pecador, fá-lo sentir-se numa situação de infelicidade moral.

*c) A culpa enquanto manifestação de um perfeccionismo narcisista<sup>160</sup>*

A compreensão e vivência do pecado como culpa, faz parte de um tipo de consciência moral constituída pela idealização do próprio eu. O 'eu' desdobra-se e faz-se exemplos ou arquétipo de si mesmo. O orgulho e a arrogância levam o homem a confiar em si mesmo e nas suas próprias forças, sem se deixar ajudar nem aconselhar pelos outros, fazendo-se quase equivaler a um deus.

### **5.5.1 A culpabilidade objetiva**

Abordaremos duas variantes de uma mesma realidade do viver humano: a culpabilidade objetiva e a subjetiva. São expressões antropológicas dum mesmo facto que parte dum mesmo espaço e nível sentimental.

“A culpabilidade seria a qualidade da culpa, tanto no sentido objetivo, como subjetivo, que conota um ou mais sujeitos. Refere-se à pessoa, mas hoje é mais percebida

---

<sup>159</sup> *Ibidem.*

<sup>160</sup> *Ibidem.*

no horizonte psicológico. Isto é, a culpabilidade é, acima de tudo, um acontecimento no interior da psique, que se projeta em diferentes espaços e níveis psicológicos”<sup>161</sup>.

Culpa no sentido objetivo é o resultado fático de uma transgressão possível e imputável tanto na ordem jurídica como canónica. Na ordem jurídica é a falta mais ou menos grave cometida consciente e voluntariamente, e que leva à responsabilidade legal, tanto segundo o direito civil como o penal. Para o direito civil, a culpa é a causa de algo que implica responsabilidade. Para o direito penal, é a impossibilidade da intenção do agente que não atuou de acordo com o direito, tendo podido fazê-lo<sup>162</sup>.

No sentido canónico ou religioso, o pecado é a violação de normas, preceitos, valores, etc., que geralmente se revestem num alcance religioso-moral<sup>163</sup>.

### **5.5.2 A culpabilidade subjetiva**

A culpa em sentido subjetivo refere-se à repercussão que uma acção considerada culpável produz na psique do indivíduo. Está em causa a ruptura do equilíbrio e o desajustamento. Desperta, por causa de um *status* de valores previamente concebido, a consciência pelo acto incoerente. A sua manifestação tem lugar na consciência e/ou no sentimento<sup>164</sup>.

A consciência de culpa consiste na percepção do conflito que se origina na nossa relação com a realidade que nos circunda, conosco próprios, com os outros, com Deus e com a natureza, em consequência das nossas atividades que podem ser certas, erradas ou irresponsáveis. O homem, como sujeito agente, sabe-se culpável de uma incoerência.

---

<sup>161</sup> Cf. M. RUBIO, *El sentido cristiano del pecado*, Paulinas, Madrid, 2000, pg. 32.

<sup>162</sup> Cf. *Ibidem*, pp 32-33.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

<sup>164</sup> Cf. *Ibidem*, pg. 33.

O sentimento de culpa é a perturbação vivencial gerada como consequência dessa incoerência. O homem sente-se culpável como o epicentro de uma experiência envolvente e totalizadora, que abarca completamente todas as dimensões da sua pessoa. O sentimento de culpa ultrapassa o parâmetro mais racional da consciência, para se apropriar do âmbito do '*pathós*' e do '*ethós*', como ressonâncias totalizadoras da pessoa.

Tanto a consciência como o sentimento de culpa, podem desempenhar uma função positiva ou negativa. Revestem-se de caráter positivo, enquanto nos indicam que passamos os limites da própria coerência (normas que chamamos de escala de valores, ordem, harmonia pessoal, convicções, entre outras), e constroem e consolidam o desenvolvimento da personalidade.

Revestem-se de caráter negativo, quando fogem da órbita, esbarram em modalidades patológicas, que confundem, reduzem ou absorvem a personalidade na sua capacidade de percepção da realidade e/ou reação adequada diante da verdade<sup>165</sup>.

## **5.6 O pecado como realidade recusada**

À medida que as sociedades se vão acomodando no consumismo, no usufruto das condições que o próprio desenvolvimento global humano atingiu, as estruturas vão caindo no descrédito e o “paganismo vai tomando conta dos homens. Até no seio da Igreja, há uma séria crítica ao fundo ideológico subjacente à noção cristã de pecado”<sup>166</sup>, o que explica a crise dos valores morais e o deteriorar da ordem social atual.

A interpretação da realidade recusada do pecado, verifica-se quando este é entendido como algo desconfortante ao clima e à paz subjetiva do indivíduo, sinal de transgressão à liberdade. Esta forma de entender, leva-nos a privilegiar a ordem social

---

<sup>165</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 33-34.

<sup>166</sup> M. VIDAL, *Para conhecer a ética cristã*, pg. 80.

estabelecida, e a colocar o mal do lado da mudança e da revolução. “Assim a noção e a vivência da culpabilidade teriam uma função reacionária”<sup>167</sup>.

O teólogo Jacques Pohier, citado por Marciano Vidal, pergunta-se se a explicação vigente do pecado não proviria de uma consideração 'unidimensional' do cristianismo. “Não será verdade que a moral cristã interpreta de maneira demasiadamente unidimensional a revelação sobre o pecado, quando se serve dela para enfraquecer a força libertadora desta mesma revelação, e se resigna a uma espécie de compromisso com o pecado?”<sup>168</sup>.

Esta concepção que entende o pecado como oposição a uma ordem estabelecida, impedindo, assim, a dinâmica ascendente da história, não tem sentido numa moral autêntica e, como tal, não encaixa na moral cristã.

## **6. O pecado na perspectiva conciliar**

O pecado não foi um tema debatido expressamente no Concílio Vaticano II (1962-1965). Contudo, como era de se esperar, o Concílio eminentemente pastoral referiu-se ao problema do pecado. Nas mensagens que os padres conciliares dirigiram a todos os homens, desde o princípio até ao final do Concílio, fazem alusão ao pecado. E em 12 dos 16 documentos conciliares aparece a palavra pecado<sup>169</sup>.

As afirmações do Concílio acerca do pecado vão em duas direções: umas referem-se às relações entre a Igreja e o pecado; outras à percepção do pecado na pessoa humana, na vida social, assim como no seu agir e actuar no mundo. Lembremo-nos que no discurso de abertura da II Sessão, Paulo VI dizia: “Sim, o Concílio tende a uma

---

<sup>167</sup> *Ibidem*.

<sup>168</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>169</sup> A. PETEIRO, *Pecado y hombre actual*, pg. 426.

renovação da Igreja. Atendemos bem: com estas palavras e com a expressão destes desejos, nós não dizemos que a Igreja Católica de hoje possa ser acusada de infidelidade substancial ao pensamento do seu Divino Fundador; antes, o reconhecimento mais profundo da sua fidelidade substancial enche-a de gratidão e humildade, e infunde-lhe coragem para corrigir aquelas imperfeições, que são próprias da fraqueza humana. (Cf. GS 19. 21. LG 14)”<sup>170</sup>.

Claramente situados que estamos numa perspectiva explicitamente cristã, convém que nos questionemos: o pecado é uma resposta negativa do homem para com Deus? Como e de que maneira podemos levar a cabo uma reflexão mais extensiva sobre o pecado hoje, nesta complexidade social e de multiplicidades culturais, linguísticas, tecnológicas e científicas, onde as dissonâncias isolam mais o homem do que integram? A multiforme realidade configurativa do mundo globalizado, é, ao mesmo tempo, uma complexa mundividência.

O Concílio reconhece, sem rodeios, na existência do pecado na Igreja. Com efeito, há pecadores entre os seus membros. É evidente que o pecado existe, e na Igreja sobretudo. É inegável que ele habita no seio cristão e na Igreja, porque somos todos humanos. No âmbito eclesial, o pecado é uma realidade *ad intra et ad extra*.

“O pecado representa o lado negativo a superar; e a Igreja enfrenta-o. De facto, podemos dizer que no pecado radica uma das tarefas que dão sentido à Igreja numa estreita continuidade com o legado de Jesus e na dinâmica humanizadora do seu Evangelho. O seu empenho pela redenção, salvação, liberdade, etc., do homem, traduz-se, ao menos como o primeiro momento, no propósito de superar a negatividade, e a desumanização que o pecado implica no homem”<sup>171</sup>. Humanizar a sociedade a partir do

---

<sup>170</sup> PAULO VI, citado por A. PETEIRO, *Pecado y hombre actual*, pg. 426.

<sup>171</sup> Cf. M. RUBIO, *El sentido cristiano del pecado*, pg. 72.

homem, é o nosso objetivo como continuação do exercício de Cristo. 'Vai, os teus pecados estão perdoados, mas não tornes mais a pecar'. (Cf. Lc 7,48).

Muitas vezes e em muitos lugares, notamos que a luta contra o pecado é levada a cabo em duas perspectivas que correspondem a características diferentes: a Teologia Moral e a Teologia Prática.

No âmbito da Teologia Moral sobre o pecado<sup>172</sup>, é possível a Igreja apresentar um modelo teórico de compreensão que acautele as divergentes interpretações existentes até hoje, em matérias sobre o pecado e sua avaliação. E isto, como veremos mais adiante, com a proposta de alguns instrumentos para a promoção da integração e vivência do perdão, como prática incisiva de pastoral sumamente médico-espiritual.

No âmbito da Teologia Prática<sup>173</sup>, apresenta-se como um modo de atuação no seio das comunidades ou estruturas religiosas, regeneradora do perdão, e que se ramifica em múltiplas manifestações que vão desde o reconhecimento interior no recinto íntimo da consciência, até às diversas concretizações dos sacramentos e dos sacramentais. Uma forma idónea e livre do homem, por sua iniciativa, se religar a Deus que o criou por amor com o seu amor filial.

## **7. Síntese compreensiva**

A compreensão e vivência do pecado são atualmente deturpadas por um tipo de consciência moral constituída pela idealização do próprio eu. O orgulho e a arrogância levam o homem a confiar em si mesmo e nas suas próprias forças, pensando-se capaz de tudo e de viver sem Deus.

---

<sup>172</sup> *Ibidem*, pg. 73.

<sup>173</sup> *Ibidem*.

A fragilidade humana é tão natural quanto óbvia, o que leva o homem a cometer o pecado, mas Deus é maior do que o pecado. Os sentimentos e as atitudes do homem perante o seu próprio fracasso ou o do outro, ofendem a Deus, porque são actos e falhos do próprio homem, e, por conseguinte, contra si próprio e não prejudicam a Deus.

O pecado tem relação com Deus, quando a pessoa que o comete, se reconhece e se afasta do mesmo, pela contrição e a graça da reconciliação. Para o homem de Deus, viver em pecado é estar sem Deus e é perda da própria vida.

Ao considerarmos a relação e o compromisso que a Igreja tem da existência do pecado, propomos a necessidade de se lutar contra ele pela prática dos sacramentos e vivermos espiritualmente na santidade de vida em Deus.

## **IV CAPÍTULO: DINÂMICAS PASTORAIS PARA O PERDÃO**

A pastoral da penitência é o objeto da nossa proposta que visa alcançar o homem na sua condição natural, fazê-lo consciente das razões de viver de que ele é capaz. Uma estratégia que parte do diálogo, caminha pelo ensino e a transmissão do amor de Deus que tudo supera e perdoa, e, através da Sua Igreja e dos Seus Pastores, acompanha-o no Seu caminho por ser a Sua imagem e semelhança.

### **1. Dinâmicas pastorais frente ao pecado**

Olhando para os desafios que o mundo atual nos apresenta e perspetivando o amanhã ainda cheio de incertezas, não podemos deixar de considerar que a santidade do homem é o objetivo preconizado com vista ao seu acolhimento, socialização e irmanação.

Para todos os efeitos, o pecado é realmente um acto errado, sério e grave. “Nós não devemos falar do pecado e da misericórdia como se o perdão e a misericórdia pressupusessem, de alguma maneira, uma menor importância do pecado”<sup>174</sup>. Podemos mesmo dizer que “o pecado é uma coisa terrível; o pecado destrói-nos, destrói a nossa relação com os outros e com Deus”<sup>175</sup>.

---

<sup>174</sup> J. SEABRA, *Directo ao assunto*, pg. 241.

<sup>175</sup> *Ibidem*.

Tudo isso são as consequências do pecado de que o homem deve procurar acautelá-lo, ouvindo a voz da consciência, examinando com sinceridade os seus actos, antes e depois, e confessar-se sempre que lesar a sua amizade com Deus, consigo mesmo e em relação ao próximo ou à natureza. Deus absolve e reconcilia o homem consigo, sempre que livremente o homem se aproxime de Deus.

Há que relevar o amor acolhedor, o perdão e a misericórdia. Deus cheio de ternura preserva-nos do pecado e com a sua graça, enche-nos com o foco da luz que dissipa o caminho das trevas.

### **1.1 A abertura da Igreja ao acolhimento do pecador**

“A Igreja começa a afirmar a existência do pecado, e reconhecendo humildemente que está presente nele; que o gere e o purifica obrigando o homem a purificar-se e a renovar-se constantemente (Cf. LG 8; 11). Mostra também que o pecado é o contrário à dignidade humana, uma dignidade que deve ser sem fronteiras, mas abertura total para todos os valores que atraem o homem”<sup>176</sup>.

A Igreja assume-se, enquanto age “*in persona Christi*”<sup>177</sup>, como reconciliadora, e, como tal, tem de começar por ser uma Igreja reconciliada enquanto sinal visível de unidade e de verdadeira conversão para todos os homens; sinal do perdão, do diálogo, da oração e da fraternidade em virtude do Espírito Santo que age nela, e reconciliação<sup>178</sup>. O mesmo documento diz: “a Igreja tem a missão de anunciar esta reconciliação e de ser o seu sacramento no mundo. A Igreja é *sacramento*, isto é, sinal e instrumento de

---

<sup>176</sup> A. PETEIRO, *Pecado y hombre actual*, pg. 467.

<sup>177</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *R P.*, n.º 8.

<sup>178</sup> Cf. *Ibidem*, n.º 9.

reconciliação, por diversos títulos, de valor diferente, mas todos convergentes para a obtenção daquilo que a iniciativa divina de misericórdia quer conceder aos homens”<sup>179</sup>.

## 1.2 O Diálogo

Entre as dinâmicas possíveis que o homem e os homens entre si possam adoptar e experimentar, destacamos o diálogo como uma atitude de encontro, convivência e ação inter-humana. A atitude de diálogo é um exercício, um acto de relação inter-humana e social. Ele possibilita a avaliação de si e a aprendizagem interpessoal; e, além de ser uma maneira pedagógica de ensino e aprendizagem, é um veículo de comunicação.

Diz António Peteiro: “a atitude de diálogo e de serviço ao homem não é um obstáculo para que o Concílio afirme abertamente a existência do pecado e até use por vezes expressões duríssimas para denunciar certas faltas do mundo atual; tão pouco impede a condenação e o fogo eterno para os que permaneçam no pecado (Cf. LG 14b; 48d; GS 43a)”<sup>180</sup>.

Refere ainda o sumo Pontífice na *Exortação Reconciliatio et Paenitentia*: “O diálogo é para a Igreja, em certo sentido, um meio e sobretudo um modo de desenvolver a sua ação no mundo contemporâneo. [...] Paulo VI dedicou-lhe uma parte notável da sua primeira Encíclica *Ecclesiam Suam*, a qual o descreve e caracteriza significativamente como diálogo da salvação. O diálogo pastoral, em ordem à reconciliação, continua a ser hoje uma solicitude fundamental da Igreja em diversos âmbitos e níveis”<sup>181</sup>.

---

<sup>179</sup> Cf. *Ibidem*, n.º 11.

<sup>180</sup> A. PETEIRO, *Pecado y hombre actual*, pg. 468

<sup>181</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *R P.*, n.º 25.

Este diálogo pode ser praticado nas reflexões conjuntas de grupos, e nas ressonâncias sobre a leitura orante de palavra, tanto individual quanto em grupos. O diálogo como dinâmica para a sanidade interior, não se limita, não se define e nem se confina a balizas ou metas, pois ele é o veículo, o volante e a alavanca para a comunitariedade cristã e social.

A Exortação Apostólica pós-sinodal, *Amoris Laetitia*, diz que “o diálogo é uma modalidade privilegiada e indispensável para viver, exprimir e maturar o amor na vida matrimonial e familiar. Mas requer uma longa e diligente aprendizagem. Homens e mulheres, adultos e jovens têm maneiras diversas de comunicar, usam linguagens diferentes, reagem por códigos distintos, o modo de perguntar, a forma de responder, o tom usado, o momento escolhido e muitos outros fatores, podem condicionar a comunicação. Além disso, é sempre necessário cultivar algumas atitudes que são expressão de amor e tornam possível o diálogo autêntico”<sup>182</sup>.

O Papa Francisco aponta o diálogo para que o homem possa desenvolver o hábito de dar real importância ao outro e a si mesmo. “Trata-se de dar valor [a outrem], reconhecer que tem direito de existir, de pensar de maneira autónoma e de ser feliz. É preciso nunca subestimar aquilo que diz ou reivindica, ainda que seja necessário exprimir o meu ponto de vista. A tudo isto está subjacente a convicção de que todos têm algo para dar, pois têm outra experiência da vida, olham de outro ponto de vista, desenvolveram outras preocupações e possuem outras capacidades e intuição”<sup>183</sup>.

É possível reconhecer a verdade do outro, a importância das suas preocupações mais profundas e a motivação do fundo do que diz, inclusive das palavras agressivas. Para isso, “é preciso colocar-se no seu lugar e interpretar a profundidade do seu coração,

---

<sup>182</sup> FRANCISCO, *A L.*, n° 136.

<sup>183</sup> *Ibidem*, n° 138.

individualar o que o apaixona e tomar essa paixão como o ponto de partida para aprofundar o diálogo”<sup>184</sup>.

### 1.3 A Doutrina

A Igreja ensina e santifica. Na base do seu ministério está a doutrina fundada nos alicerces da Sagrada Escritura, da Tradição e da fé dos seus fiéis. O Evangelho é a revelação, em Jesus Cristo, da misericórdia de Deus para com os pecadores (Cf. Lc 15); tal como o Anjo anuncia a José: “Tu o darás o nome de Jesus porque Ele salvará o seu povo dos seus pecados” (Mt 1,21). E na instituição da Eucaristia, *Sacramento da Redenção*, Jesus disse: “Este é o meu sangue da Aliança, que vai ser derramado por todos, para perdão dos pecados” (Mt 26, 28). São expressões de redenção e esperança que a Igreja ensina, e estão patentes na Sagrada Escritura, no testemunho e na fé cristã das comunidades desde as antigas às atuais.

A Missão e a ação da Igreja é servir o homem na sua realidade e situação concretas. Tendo visto, com a devida atenção, a gravidade e urgência que o pecado impõe no homem, ela age em defesa do seu bem-estar, enquanto guardiã da graça santificante e operante de Deus e instituição filantrópica.

“O Concílio procurou esforçar-se por se manter constantemente em contacto com a realidade do homem e do mundo de hoje. De facto, todos os documentos conciliares procuram ser concretos, práticos e exequíveis aos nossos contemporâneos”<sup>185</sup>. A Igreja ensina, santifica e guia os homens para Deus, com sincero conhecimento, com a força divina e o poder de Cristo que destrói o pecado do mundo.

---

<sup>184</sup> *Ibidem*.

<sup>185</sup> A. PETEIRO, *Pecado y hombre actual*, pg. 469.

“O Concílio denuncia o divórcio entre a fé e o comportamento quotidiano 'como um dos mais graves erros da nossa época' (Cf. GS 43a) e aconselha a englobar todas as atividades temporais, fazendo uma síntese vital do espaço humano, familiar, profissional, científico ou técnico com os valores religiosos”<sup>186</sup>.

A visão conciliar sobre o pecado, é completa, porque destaca a sua dimensão religiosa, pessoal, social, eclesial e histórico-cósmica. Denuncia as formas concretas da sociedade atual de encarar o pecado como uma realidade vital<sup>187</sup>.

A Exortação Apostólica, *Reconciliatio et Paenitentia*, reafirma que para o cristão, o Sacramento da Penitência é o caminho ordinário para obter o perdão e a remissão dos seus pecados graves cometidos depois do Baptismo<sup>188</sup>.

Importa-nos referir, de acordo com a mesma Exortação, que a função do Sacramento da Penitência para aqueles que a ele recorrem, não é tanto uma espécie de acto judicial, mas antes de carácter terapêutico ou medicinal; um tribunal mais de misericórdia do que de estrita e rigorosa justiça, incompatível com os tribunais humanos. O Sacramento da Penitência é administrado desde o lugar digo e adequado como no 'tribunal de misericórdia ou lugar de cura espiritual, exige um conhecimento do íntimo do pecador, para o poder julgar e absolver, para o tratar e curar'<sup>189</sup>.

As realidades ou partes que compõem o sinal sacramental do perdão e da reconciliação, são actos indispensáveis do penitente. “São actos de importância diversa, mas cada um deles indispensável ou para a validade ou para a integridade ou para o fruto do sinal”<sup>190</sup>. Seguir o caminho e a perseverança, são as chaves para o amadurecimento e santificação do homem reconciliado com Deus.

---

<sup>186</sup> *Ibidem*, pg. 469.

<sup>187</sup> *Ibidem*, 470.

<sup>188</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *R P.*, nº31.

<sup>189</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>190</sup> *Ibidem*.

“Primeiro que tudo, é condição indispensável a rectidão e a limpidez da consciência do penitente. Um homem não se põe a caminho para a verdadeira e genuína penitência, enquanto não perceber que o pecado contrasta com a norma ética, inscrita no íntimo do próprio ser; enquanto não reconhecer ter feito a experiência pessoal e responsável de tal oposição; enquanto não disser 'o pecado existe', e 'eu pequei'; enquanto não admitir que o pecado introduziu na sua consciência uma divisão, que avassala todo o seu ser e o separa de Deus e dos irmãos”<sup>191</sup>.

O pecado cria remorsos e peso de consciência. De tal forma que para sentir-se limpo dele, é necessário um caminho experiencial de busca do bem e da paz, que predispõe o indivíduo numa claridade e bondade de espírito sossegado.

“O sinal sacramental desta limpidez da consciência, é o acto tradicionalmente chamado ‘exame de consciência’; acto que deveria ser sempre, não tanto a introspecção psicológica ansiosa, mas o confronto sincero e sereno com a lei moral interior, com as normas evangélicas propostas pela Igreja, com o próprio Jesus Cristo, que é para nós mestre e modelo de vida e com o pai celeste que nos chama ao bem e à perfeição”<sup>192</sup>.

Realmente, o cristão, desafiado pela dor da própria culpa, almejando a doce e sempre grata alegria do perdão de Deus, emenda-se com uma verdadeira contrição do coração da qual depende a verdade da penitência.

“Mas o acto essencial da penitência, da parte do penitente, é a contrição, ou seja, o claro e decidido repúdio do pecado cometido, juntamente com o propósito de não o tornar a cometer, pelo amor para com Deus, que renasce com o arrependimento”<sup>193</sup>. Não dizemos que, pela dificuldade do homem inserido no mundo onde tudo está exposto, seja impossível o cumprimento do compromisso feito pela contrição.

---

<sup>191</sup> *Ibidem.*

<sup>192</sup> *Ibidem.*

<sup>193</sup> *Ibidem.*

O não tornar a cometer é um compromisso de me esforçar mais na sã vontade, de me acautelar das insídias e evasões levianas a que a fúria humana pelo fácil e agradável, o torna como terreno adubado, pecador. É lutar em prol do cumprimento da vontade do Criador.

“Entendida deste modo, a contrição é o princípio e a alma da conversão, aquela memória evangélica, que conduz o homem a Deus, como o filho pródigo que volta ao Pai e que tem no Sacramento da Penitência o seu sinal visível e aperfeiçoador. [...] Por isso, desta contrição do coração depende a verdade da penitência”<sup>194</sup>.

Recordamos que o remédio do pecado é a penitência feita num espírito de verdadeiro arrependimento e com sincera contrição, depois da acusação dos mesmos. A acusação dos pecados é exigida, antes de mais, pela necessidade de o pecador ser conhecido por aquele que no sacramento exerce o papel de médico, o qual deve avaliar, quer a gravidade dos pecados, quer o arrependimento do penitente. Simultaneamente, é o médico que deve conhecer o estado do enfermo para o tratar e curar. A acusação dos pecados deve ser ordinariamente individual e não coletiva, tal como o pecado é um facto profundamente pessoal<sup>195</sup>.

O cristão absolvido dos pecados, é impelido pelo espírito sacramental para o compromisso de começar uma vida nova. Uma acção pessoal e eclesial de reconciliação e de acção de graças à Deus.

#### **1.4 Acompanhamento pastoral**

Podemos aplicar, para 'todos os efeitos', na acção pastoral, o que o Papa Francisco propõe na *Amoris Laetitia*: “Iluminada pelo olhar de Cristo, a Igreja dirige-se

---

<sup>194</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>195</sup> Cf. *Ibidem*.

com amor àqueles que participam na sua vida de modo incompleto, reconhecendo que a graça de Deus também atua nas suas vidas, dando-lhes a coragem para fazer o bem, cuidar com amor um do outro e estar ao serviço da comunidade onde vivem e trabalham”<sup>196</sup>.

A nossa intenção é mostrar, como é que a Igreja se preocupa pela pessoa humana, e sobretudo como o irmão, debilitado pelo pecado, é encorajado pela comunidade e assistido pelo confessor que indica o caminho do discernimento, a prática do bem, e a participação na obra da comunidade como um membro útil e ativo.

Diz o Papa Francisco: “A Igreja deve acompanhar, com atenção e solicitude, os seus filhos mais frágeis, marcados pelo amor ferido e extraviado, doando-lhes de novo confiança e esperança, como a luz do farol de um porto ou de uma tocha acesa no meio do povo para iluminar aqueles que perderam a rota ou estão no meio da tempestade. Não esqueçamos que, muitas vezes, o trabalho da Igreja é semelhante ao de um hospital de campanha”<sup>197</sup>.

No tempo atual, em que a aceitação de si valoriza menos o assumir da responsabilidade e sobretudo do peso da culpa, Anselm Grün diz que “a confissão é quase um processo médico”<sup>198</sup>. É para nós um outro processo que exige fé, oração e hospitalidade.

De acordo com o autor, “o médico não precisa só de um bom conhecimento do coração, mas também deve possuir o dom da compaixão, para compartilhar a dor e o dom da oração. Ele intercede em favor do pecador, para que Deus lhe perdoe os seus pecados. Ajuda o pecador para que este não desanime”<sup>199</sup>. Tal como o médico dos médicos bem o diz: 'Vai, os teus pecados estão perdoados'. (Cf. Mc 2,5). 'Eu também não te condeno, mas não tornes mais a pecar'. (Cf. Jo 8, 1-11).

---

<sup>196</sup> FRANCISCO, *A L.*, n° 291.

<sup>197</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>198</sup> A. GRÜN, *A penitência: celebração da reconciliação*, Paulinas, Prior Velho, 2004, pg. 16.

<sup>199</sup> *Ibidem*.

Em suma, destinados a viver da Misericórdia de Deus e desafiados a sermos misericordiosos para conosco próprios e para com o próximo. Diz o Santo Padre: “Toda a ação pastoral da Igreja deveria estar envolvida pela ternura com que se dirige aos crentes; no anúncio e testemunho que oferece ao mundo, nada pode ser desprovido de misericórdia”<sup>200</sup>. É verdade que às vezes, “agimos como controladores da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega; é a casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa”<sup>201</sup>.

É fundamental e imperioso aceitarmos a certeza de que “não podemos esquecer que a misericórdia não é apenas o agir do Pai, mas torna-se o critério para individuar quem são os seus verdadeiros filhos”<sup>202</sup>. Pois, acompanhar é assegurar que juntos somos mais fortes e a força do mal é vencida quando unidos. Não nos esqueçamos da necessidade de persistirmos na humildade e sinceridade dos nossos próprios erros e fracassos porque Deus nunca desistirá de nos perdoar.

### **1.5 Aclarar as circunstâncias atenuantes**

Considerando os fatores, 'bem vida' e 'vida humana', em que o homem é o valor máximo e o projeto primeiro e único de Deus para a sua salvação, mas frágil e propenso ao pecado, “a Igreja possui uma sólida reflexão sobre os condicionamentos e as circunstâncias atenuantes”<sup>203</sup>. Assim sendo, a Igreja, sacramento da salvação e remédio do pecado, tem o múnus de encaminhar para Deus os que a ela recorrem, pedindo o seu auxílio. Somente a Deus pertence o poder e a misericórdia de ilibar do pecado o homem por intermédio do sacerdote.

---

<sup>200</sup> Cf. FRANCISCO, *A L.*, n° 310.

<sup>201</sup> *Ibidem.*

<sup>202</sup> *Ibidem.*

<sup>203</sup> *Ibidem* n° 301.

“Os limites não dependem simplesmente de um eventual desconhecimento da norma. Uma pessoa, mesmo conhecendo bem a norma, pode ter grande dificuldade em compreender 'os valores inerentes à norma' ou encontrar-se em condições concretas que não lhe permitem agir de maneira diferente e tomar outras decisões sem uma nova culpa”<sup>204</sup>.

Indo mais a fundo, o Papa Francisco, cita o *Catecismo da Igreja Católica*, (nnº 1735 e 2352), segundo o qual, “a imputabilidade e responsabilidade de um acto podem ser diminuídas, e até anuladas, pela ignorância, a inadvertência, a violência, o medo, os hábitos, as afeições desordenadas, a imaturidade afetiva, a força de hábitos contraídos, o estado de angústia e outros factores psíquicos ou sociais”<sup>205</sup>.

E mais: “um juízo negativo sobre uma situação objetiva não implica um juízo sobre a imputabilidade ou a culpabilidade da pessoa envolvida”<sup>206</sup>. Explica o Papa Francisco de acordo com os Padres sinodais: “Em determinadas circunstâncias, as pessoas encontram grandes dificuldades para agir de maneira diferente. [...] O discernimento pastoral, embora tendo em consideração a consciência retamente formada das pessoas, deve ocupar-se destas situações. As próprias consequências dos actos praticados não são necessariamente as mesmas em todos os casos”<sup>207</sup>.

Em relação às circunstâncias atenuantes, diz: “a partir do reconhecimento do peso dos condicionamentos concretos, podemos acrescentar que a consciência das pessoas deve ser melhor incorporada na *práxis* da Igreja em algumas situações que não realizam objetivamente a nossa conceção [do sacramento]. É claro que devemos incentivar o amadurecimento de uma consciência esclarecida, formada e acompanhada pelo discernimento responsável e sério do Pastor, e propor uma confiança cada vez maior

---

<sup>204</sup> *Ibidem*.

<sup>205</sup> *Ibidem* nº 302.

<sup>206</sup> *Ibidem*.

<sup>207</sup> *Ibidem*.

na graça. Mas esta consciência pode reconhecer não só que uma situação não corresponde objetivamente à proposta geral do Evangelho, mas reconhecer também, com sinceridade e honestidade, aquilo que por agora, é a resposta generosa que se pode oferecer a Deus e descobrir com certa segurança moral que esta é a doação que o próprio Deus está a pedir no meio da complexidade concreta dos limites, embora não seja ainda plenamente o ideal objetivo”<sup>208</sup>.

Lembremo-nos vivamente que o confessionário não é um tribunal onde se julgam e se condenem as pessoas pelos crimes cometidos. É um lugar onde se recebe o amor misericordioso do Pai que acolhe com ternura os seus filhos.

“Por isso, um pastor não se pode sentir satisfeito apenas a aplicar leis morais àqueles que vivem em situações 'irregulares', como se fossem pedras que se atiram contra a vida das pessoas. É o caso dos corações fechados, que muitas vezes se escondem até por detrás dos ensinamentos da Igreja para se sentar na cátedra de Moisés e julgar, às vezes com superioridade e superficialidade, os casos difíceis e as famílias feridas”<sup>209</sup>.

Ao compreendermos que as obras ou ações subjetivas são as que são inerentes ao agir humano, inadvertido, coagido, livre ou desordenadamente, e as objetivas têm a ver com as feitas pelo indivíduo, mas observadas pela lei que rege e regula as ações, tanto individuais, como da coletividade, socorremo-nos da afirmação do Papa Francisco:

“A lei natural não pode ser apresentada como um conjunto já constituído de regras que se impões a priori ao sujeito moral, mas é uma fonte de inspiração objetiva para o seu processo, eminentemente pessoal, de tomada de decisão. Por causa dos condicionalismos ou dos fatores atenuantes, é possível que uma pessoa, no meio de uma situação de objetiva de pecado, mas subjetivamente não seja culpável ou o seja plenamente, possa viver na

---

<sup>208</sup> *Ibidem*, n° 303.

<sup>209</sup> *Ibidem*, n° 305.

graça de Deus, possa amar e possa também crescer na vida de graça e de caridade, recebendo para isso a ajuda da Igreja”<sup>210</sup>.

O agir do Pai deve ser imitado pelo filho. O cristão deve ser a encarnação da misericórdia e não um peso ou um lobo contra os seus irmãos: “Não podemos esquecer que a misericórdia não é apenas o agir do Pai, mas torna-se o critério para individuar quem são os seus verdadeiros filhos. É verdade que, às vezes agimos como controladores da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega; é a casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa”<sup>211</sup>.

Apesar deste caminho que nos leva a acolher o irmão na sua fraqueza, somos convidados, a seguir juntos nos mesmos passos e propósitos. Seguir com sinceridade e harmoniosamente como irmãos, todos resgatados pelo sangue de Cristo, o Cordeiro de Deus que tirou o pecado do mundo.

A fidelidade às normas e orientações doutrinárias é exigência obrigatória que reiteramos aqui em jeito de apelo pela comunhão eclesial e uniformidade de critério na aplicação doutrinal dos mesmos ensinamentos de Deus confiados à Igreja dirigida pelo Papa, o Sucessor de Pedro e os bispos em comunhão com ele, sob a proteção do Espírito Santo.

### **1.6 Reintegração do homem como remédio e graça do perdão**

O perdão não é uma possibilidade humana, mas única e exclusivamente divina, porque só Deus é que pode perdoar ou ressuscitar os mortos; já que o pecado é a morte espiritual do homem em relação a Deus. A penitência é o sacramento do perdão confiado à Igreja por Deus através do ministério sacerdotal.

---

<sup>210</sup> *Ibidem.*

<sup>211</sup> *Ibidem*, n° 310

A Igreja, no exercício da sua missão de recuperação e valorização da pessoa humana ferida e fragilizada pela sua condição natural, assume-se com toda a legitimidade, como o “remédio e graça do perdão” que santifica e garante a salvação pelo amor misericordioso do Pai.

Ao aludirmos à missão da Igreja diante do filho fragilizado pelo pecado, apresentamo-la como um amigo mais velho, sempre aberto para acolher e dialogar com o seu amigo mais novo, desejoso e carente por ser ouvido e aconselhado acerca dos seus problemas, ajudando-o a resolve-los à luz da fé no novo caminho de comunhão. A intenção da Igreja é servir o homem na sua realidade e situação concreta.

Podemos considerar uma '*visão otimista*' da Igreja, por não perder de vista a inspiração bíblica sobre o desígnio de Deus para com o homem, nem tão pouco a progressiva e longa caminhada história do povo, até hoje, peregrino no deserto para a salvação.

“Os documentos conciliares destacam com insistência o significado da pessoa e da obra de Cristo pelo mundo actual. Com isso, dão à vida cristã o brilho otimista da esperança escatológica. E da esperança nasce um dinamismo especial para combater o mal e o pecado e para continuar a peregrinação até aos novos céus e à nova terra, lutando por melhorar este mundo, com os olhos fixos no Senhor que assumiu e recapitulou em si a história do mundo (Cf. GS 38a), e que ‘é o fim da história humana e ponto convergência para o qual tendem os desejos da história e da civilização, centro da humanidade, gozo do coração humano e plenitude total das suas aspirações’ (GS 45b)”<sup>212</sup>.

A Igreja é a comunidade de todos os fiéis que, unidos pelos mesmo ideais de fé e obediência na Trindade Santa, e no ensino dos seus Pastores, caminha unida dando e recebendo amor uns pelos outros, como resposta ao amor do Criador que ampara, guia e

---

<sup>212</sup> A. PETEIRO, *Pecado y hombre actual*, pg. 474.

salva toda a humanidade redimida pelo Sangue do Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo.

## **2. Síntese compreensiva**

Mergulhados num mundo relativista e atinente ao imediato, materialista e sumamente crítico, consciencializamos para as atitudes positivas do homem e dos homens de hoje, precisamos o como servir o homem e os homens na sua realidade e situação concretas.

A moral não pode ser alheia aos pecados dos homens individuais ou aos do mundo. Nos tempos atuais não tem sido fácil falar de pecado, porque marcados pelos traços da cultura secular embrenhada no ateísmo teórico-prático e pela proclamação da autonomia humana. Uma era quase do vazio existencial e de perca da fé. Sociedades capazes de institucionalizarem o mal por normalizar quase tudo.

A Igreja procurou ler sempre os sinais dos tempos, e esforçou-se por se manter consciente e viva diante da história da humanidade, que o homem é um projeto e obra-prima de Deus.

O pecado, como realidade inerente à condição humana, existe, mas deve ser combatido através da fé e dos sacramentos da Igreja. O pecado é um interrogante que acompanha o homem ao longo de toda a sua vida. Nenhum cristão gostaria de viver condicionado pelo pecado ao longo de toda a sua vida.

Não é possível dizer que todos os que estão numa situação chamada 'irregular' vivem em estado de pecado mortal, privados da graça santificante. E disto temos consciência e exemplos vivos, embora cada caso seja um caso! Os limites não dependem simplesmente de um eventual desconhecimento da norma. Uma pessoa, mesmo conhecendo bem a norma, pode ter grande dificuldade em compreender os valores

inerentes à norma ou encontrar-se em condições concretas que não lhe permitem agir de maneira diferente e tomar outras decisões sem uma nova culpa, tal como explicou o Sumo Pontífice na *Amoris Laetitia*.

Lembremo-nos vivamente que o confessional não é um tribunal onde se julgam e se condenam as pessoas pelos crimes cometidos. É um lugar onde se recebe o amor misericordioso do Pai que acolhe com ternura os seus filhos. Pois, diz-se: 'Deus não se cansa de perdoar. Nós é que nos cansamos de lhe pedir perdão'.

Olhando para essa realidade complexa e inquietante que incomoda o homem no seu viver terreno, intuímos, a partir das Sagradas Escrituras, que existem situações individuais e coletivas que dificilmente podem ser assumidas como realmente humanas e humanizadoras, apesar de que têm surgido decisões aparentemente livres e meditadas.

## CONCLUSÃO

Foi a partir de um olhar antropológico, centrados na teologia e na sociabilidade humana sujeita das vicissitudes do próprio agir, que nos animamos para o estudo da busca do alento para reavivar a vida do homem fraquejada pelo pecado.

O homem é imagem e semelhança de Deus, e, por isso, criatura projetada pelo seu Criador para a felicidade. A vida em sociedade propõe ao homem enormes desafios e compromissos que na sua maioria o maculam; é problema comum e universal, realidade que a ninguém se escusa ou escapa.

Assim sendo, o assunto em causa é uma realidade transversal ao homem; tão antiga quanto a humanidade, e por isso conatural ao homem e à humanidade toda. Tão vivencial e existencial quanto no princípio, no passado, no presente, e que acompanha sempre a história e a vida do homem enquanto vivente terreno. Mesmo sendo um assunto complexo, aqui é delimitado e focalizado desde a sua génese, vivência e compreensão actual, tendo em conta o sujeito, o homem como um todo e em todos os aspectos da vida privada e social.

O pecado é uma acção liberal nascida do núcleo pessoal mais profundo, pela qual a pessoa se opõe à vontade de Deus; uma oposição à obra da criação e da Aliança de Deus com os homens; uma recusa pessoal à auto-comunicação gratuita de Deus. O pecado contraria o sentido dinâmico da liberdade que é amor e entrega ao valor supremo, Deus.

Excessivamente, o pecado atinge os níveis de acções coletivas ou sociais, enquanto fenómeno grupal de pessoas coletivas ou sociedade, instituições nacionais e internacionais que infringem o direito das pessoas, dos outros grupos, comunidades ou países pobres.

Ao considerarmos a relação entre a realidade pecado e a concepção atual, foi-nos conveniente elencar aqueles elementos que tornam apta a consciência do homem de hoje que quase põe em crise a realidade pecado.

Mergulhados que estamos num mundo secularizado, afincamo-nos no enriquecimento e valorização do ser humano, dando sentido e ênfase ao valor que ele encerra na globalidade de todos os seres criados por Deus.

Não olvidamos o impacto das ciências tradicionais e modernas; meios e vias de equilíbrio necessário para refinarmos e atingirmos com conteúdos, métodos e conhecimentos, as diferentes franjas da população.

Ao aludirmos às Sagradas Escrituras, realçamos a Aliança ferida pelas sucessivas infrações do homem, que caracteriza a irregularidade e a ondulação do agir humano; isto é, o cair e o levantar frequentes do ser humano. Para uma conceptualização teológica do pecado, tivemos que ter em conta o enquadramento sobre a culpabilidade, e no nosso caso, também a dimensão da *responsabilidade* visando uma verdadeira *religiosidade, intramundanidade, e correcta comunitariedade* na compreensão e vivência do pecado.

Apelamos para a aceitação da voz amorosa de Deus, que impele para a libertação e paz ao homem, como contributo na manutenção da Aliança que se foi renovando nas diversas épocas com o Seu povo. Deus nunca peca e nem é atingido pelo pecado que é meramente acto humano. Que o homem nunca se canse de olhar para Ele, em todas e quais queres circunstâncias da vida!

Apresentamos as tipologias de pecado, fizemos um enfoque ao pecado das origens, a construção da Torre de Babel e a parábola do Filho Pródigo ou Pai Misericordioso. Deus vê, desde o princípio da sua obra, que tudo era bom. Mas o homem, tendente a ser como Deus, constrói a torre de Babel para igualar-se ao Criador. Porém o

Pai é maior que a obra da sua criação, supera a infantilidade e a ingenuidade do filho e vem ao seu encontro resgatando-o.

Mas o homem insaciável de riqueza, quando mais tem mais quer, procura construir estruturas como unidades totalitárias meramente temporais; todos os seus actos acabam sendo imputáveis a si próprio.

Identificamos algumas tendências actuais de abordagem sobre o pecado, tais como: o pecado como realidade sacralizada; como *tabú* cultural; como desordem interpretada como transgressão da lei de Deus e como culpa-acusação objetivo-subjetiva. Ou seja, o erro do próprio homem e das influências do seu meio.

Quando o homem insiste no erro e no orgulho próprio, arrisca-se a auto-morte, porque o pecado não coabita com Deus e nada pode contra Ele. É objetivamente um acto consciente, e subjetivamente imputável ao sujeito-autor. Uma acção que corrói o homem a partir de dentro por ser algo ligado ao mais íntimo do homem.

A culpabilidade é vista pela qualidade da culpa, tanto no sentido objetivo como subjetivo. No que se refere à pessoa, a infracção oriunda do coração humano e percebida a partir do horizonte psicológico, é, algo que acontece e é sentido no interior. A sua avaliação e imputação feita por critérios meramente éticos e normativos consideramo-la forçada, deslocada e incurativa.

Como não deveríamos deixar de o fazer, dedicamos o último capítulo ao relançamento de propostas concretas de uma pastoral prática e dinâmica em que incentivamos ações socializadoras, a participação e vivência do sacramento da penitência.

A Igreja abre-se ao acolhimento, ao diálogo, ensina e acompanha com a sua doutrina as pessoas. Mostra como Pai Misericordioso as possibilidades de viver pelas circunstâncias atenuantes, dadas as complexidades e fatores da vida que dificultam ao homem manter uma vida retilínea. O objetivo é que a pessoa se sinta perdoada e

reintegrada, depois de certos fracassos. Este é o corolário de uma missão cumprida em que o homem se sente valorizado, aceite e útil.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia citada**

*Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica, Lisboa / Fátima, 3ª ed, 2001.

*Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição dogmática sobre a Igreja*, “*Lumen Gentium*”, Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo*, “*Gaudium et Spes*”, Editorial A. O., Braga, 1983.

CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Princípia, Cascais, 2005.

ELORDUY, Eleuterio; *El pecado original: estudio de su proyección en la historia*, BAC, Madrid, 1977.

FLECHA, José Román, *Teología Moral Fundamental*, BAC, Madrid 1994.

FRANCISCO, *Exortação Apostólica “Amoris Laetitia”*, Paulus, Lisboa, 2016.

GODINHO, José, *Aliança*, in *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, 1º vol., Verbo, Lisboa, 1995, pp. 1252-1258,

GRÜN, Anselm, *A penitência: celebração da reconciliação*, Paulinas, Prior Velho, 2004.

JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica “Reconciliatio et Paenitentia”*, Editorial A.O., Braga, 1984.

KASPER, Walter, *Misericórdia: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*, Lucerna, Cascais, 2015.

KOCH, Robert, *Il peccato nel vecchio Testamento, La rotura dell’allianza*, Paoline, Roma, 1973.

LÓPEZ-AZPITARTE, Eduardo, *A vueltas com el pecado: responsabilidad, culpa*, PPC, Madrid, 2003.

- MOSER, António, *O pecado: do descrédito ao aprofundamento*, Editora Vozes, Petrópolis, 2ª ed., 1996.
- NARCISO, Francisco, *Mal, Pecado e Estruturas de Pecado*, Monografia de Mestrado Integrado em Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.
- PETEIRO, António, F., *Pecado y hombre actual*, Verbo Divino, Estella, 1972.
- RAHNER, Karl, *Pecado e culpa*; in *Enciclopédia Teológica*, vol. 5, Herder, Barcelona, 1977, pp. 341-347.
- ROCHA, Georgino; *Humanizar a sociedade: responsabilidade de todos contributos dos mais vulneráveis; ensaios, propostas e testemunho*, Editorial Cáritas, Lisboa, 2013.
- RUBIO, Manuel, *El sentido cristiano del pecado*, Paulinas, Madrid, 2000.
- SEABRA, João, *Directo ao assunto: homilias paroquiais de Santos-o-Velho*, Lucerna, Cascais, 2003.
- TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, Edições Loyola, S. Paulo, Brasil, 2001
- TRIGO, Jerónimo, *Pecado; apontamentos escolares*, Lisboa, 2017.
- VIDAL, Marciano, *Cómo hablar del pecado hoy: hacia una moral crítica del pecado*, PPC, Madrid, 1977.
- VIDAL, Marciano, *Dicionário de Moral*, Perpétuo Socorro, Porto, 1986.
- VIDAL, Marciano, *Moral de Actitudes I; Moral Fundamental*, Perpetuo Socorro, Madrid, 6ª Edición, 1990.
- VIDAL, Marciano, *Para conhecer a ética cristã*, Perpétuo Socorro, Porto, 2ª edição, 2005.

### **Bibliografia consultada**

- CAPRILE, Giovanni, *Il Sinodo Dei Vescovi 29 settembre-29 ottobre 1983, sesta assemblea generale*, Edizioni La Civiltà Cattolica, Roma, 1985.

- CAZELLES, Henri, *Aliança*; in *Enciclopédia Teológica*, vol. 1, Herder, Barcelona, 1982, 3ª ed., pp. 91-100.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, *Constituição sobre a Sagrada liturgia*, “*Sacrosanctum Concilium*”, Editorial A. O., Braga, 1983.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Celebração da Penitência (Ritual Romano)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1997.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Instrução sobre a liberdade cristã e libertação “Libertatis Conscientia”*, Editorial A. O., Braga, 1986.
- FUCEK, Ivan, *Il peccato oggi*, Pontificia Università Gregoriana, Roma, 1991.
- II CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, Medellín (Colômbia), 1968, DS 4480-4496.
- III CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, Puebla (México), 1979, texto oficial, Vozes, Petrópolis, 6ª edição, 1985.
- JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica “Sollicitudo Rei Socialis”*, Rei dos Livros, Lisboa, 1987.
- JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica “Familiaris Consortio”*, Editorial A. O., Braga, 198.
- JOÃO PAULO II, *O Sacramento da Penitência*, Paulinas Editora, Lisboa, 1997.
- LAFRANCONI, Dante, *Pecado*, in *Dicionário de Teologia Moral*, Paulus, São Paulo, 1997, 927-943.
- LIBÂNIO, João Baptista., *peccato e opzione fondamentale*, Cittadella, Assis, 1977.
- LLORENTE, L. Resines, *Penitência, a salvação do pecador*, Paulus, Lisboa, 2002.
- FONDEVILA, J. Mª., *Pecado*, In *Enciclopédia Luso brasileira de Cultura*, Editorial Verbo, vol. 14, Lisboa, 1995, pp. 1525-1531.
- NEMO, Philippe, *Job y el exceso del mal*, Caparrós editores, 2005, 2ª edición.
- BLOMME, R., *Uomo peccatore*, Dehoniane, Bolonha, 1971.

REY, Bernard, *O sacramento do Perdão, Pastoral e celebrações da Reconciliação*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2000.

DE GUIDI, Segio, *Il peccato personale e il peccato nel mondo*, Rivista di Teologia Morale, 15, 1975.

SCHOONENBERG, Piet, *O homem no pecado*, in *Mysterium Salutis*, II/3, Vozes, Petrópolis, 1972, pp. 265-352.

SCHOONENBERG, Piet, *Pecado*, In *Enciclopédia Teológica*, vol. 5, Herder, Barcelona, 1977, pp. 328-361.

## Índice

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	4
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	5
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	6
<b>RESUMO</b> .....	8
<b>ABSTRACT</b> .....	9
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>I CAPÍTULO: O PECADO NA SOCIEDADE ATUAL</b> .....	13
1. <b>O QUE É O PECADO?</b> .....	13
2. <b>ABORDAGEM SOBRE O PECADO NA SOCIEDADE ACTUAL</b> .....	15
2.1 NA FILOSOFIA.....	17
2.2 NA SOCIOLOGIA.....	18
2.3 NA PSICOLOGIA.....	22
2.4 NA ANTROPOLOGIA.....	24
3. <b>SÍNTESE COMPREENSIVA</b> .....	27
<b>II CAPÍTULO: PERSPETIVA BÍBLICA SOBRE O PECADO</b> .....	29
1. <b>O PECADO NO ANTIGO TESTAMENTO</b> .....	29
2. <b>A ALIANÇA</b> .....	33
3. <b>A FÉ COMO FORÇA DETETORA DE PECADO PARA O HOMEM BÍBLICO</b> .....	34
4. <b>A INFRAÇÃO OU RUTURA DA ALIANÇA</b> .....	38
5. <b>O PECADO NO NOVO TESTAMENTO</b> .....	40
6. <b>A NOVA E DEFINITIVA ALIANÇA</b> .....	41
7. <b>O PECADO NOS EVANGELHOS SINÓPTICOS</b> .....	43
8. <b>O PECADO NA TEOLOGIA PAULINA</b> .....	45
9. <b>O PECADO NA TEOLOGIA JOANINA</b> .....	46
10. <b>SÍNTESE COMPREENSIVA</b> .....	48
<b>III CAPÍTULO: PERSPETIVAS SÓCIO - MORAIS SOBRE O PECADO</b> .....	50
1. <b>OS DESAFIOS DA REALIDADE DO PECADO NA IGREJA</b> .....	50
1.1 NA CATEQUESE.....	51
1.2 NA PREGAÇÃO.....	53
1.3 NA TEOLOGIA.....	57
2. <b>TIPOLOGIAS DE PECADO</b> .....	59
3. <b>ESTRUTURAS DE PECADO</b> .....	63
4. <b>O PECADO E OS PECADOS</b> .....	66
5. <b>TENDÊNCIAS ATUAIS NA ABORDAGEM SOBRE O PECADO</b> .....	67
5.1 O PECADO COMO UMA REALIDADE SACRALIZADA.....	68
5.2 O PECADO COMO 'TABÚ CULTURAL'.....	68
5.3 O PECADO COMO 'DESORDEM' E EXPRESSADO COMO 'TRANSGRESSÃO'.....	70
5.4 O PECADO COMO TRANSGRESSÃO DA LEI.....	73
5.5 O PECADO COMO 'CULPA' E EXPRESSADO COMO 'ACUSAÇÃO'.....	74
5.5.1 <i>A culpabilidade objetiva</i> .....	76
5.5.2 <i>A culpabilidade subjetiva</i> .....	77
5.6 O PECADO COMO REALIDADE RECUSADA.....	78

<b>6. O PECADO NA PERSPECTIVA CONCILIAR.....</b>	<b>79</b>
<b>7. SÍNTESE COMPREENSIVA.....</b>	<b>81</b>
<b>IV CAPÍTULO: DINÂMICAS PASTORAIS PARA O PERDÃO .....</b>	<b>83</b>
<b>1. DINÂMICAS PASTORAIS FRENTE AO PECADO .....</b>	<b>83</b>
1.1 A ABERTURA DA IGREJA AO ACOLHIMENTO DO PECADOR.....	84
1.2 O DIÁLOGO.....	85
1.3 A DOUTRINA .....	87
1.4 ACOMPANHAMENTO PASTORAL.....	90
1.5 ACLARAR AS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES.....	92
1.6 REINTEGRAÇÃO DO HOMEM COMO REMÉDIO E GRAÇA DO PERDÃO.....	95
<b>2. SÍNTESE COMPREENSIVA.....</b>	<b>97</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>99</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>103</b>